

PEDRO MEIRA MONTEIRO

**LUZES AO CAMPO,
LUZES À NAÇÃO**

**IFCH/UNICAMP
Ano, 4, n° 5, 1994**

LUZES AO CAMPO, LUZES À NAÇÃO

(O discurso ilustrado sobre a agricultura brasileira num período
pré-independência e a idealização na nação civilizada)

PEDRO MEIRA MONTEIRO

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH/UNICAMP

Diretor: Prof. Dr. João Quartim de Moraes

Diretor Associado: Prof. Dr. Armando Boito Junior

Comissão de Publicações:

Profs. Argelina Maria Cheibub Figueiredo - DCP, Guita Grin Debert - DA, Maria Clementina Pereira Cunha - DH, José Carlos Pinto Oliveira - DF e Márcio Bilharinho Naves - DS

Setor de Publicações:

Mada Penteadó, Marilza A. da Silva, Fátima L. Dias e Magali Mendes

Gráfica

Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Marinês M. Rodrigues, Cleusa Schetini

MONOGRAFIA

IFCH/UNICAMP

Setor de Publicações

Caixa Postal: 6110

CEP: 13081-970 - Campinas - SP

Tel. (0192) 39.8342

Fax: (0192) 39.33.27

SOLICITA-SE PERMUTA EXCHANGE DESIRED

Capa - Composição e Diagramação - Revisão - Impressão
IFCH/UNICAMP

PEDRO MEIRA MONTEIRO

LUZES AO CAMPO, LUZES À NAÇÃO

(O discurso ilustrado sobre a agricultura brasileira num período
pré-independência e a idealização da nação civilizada)

Monografia premiada no V Concurso de Monografias
de alunos dos Cursos de Graduação do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas / UNICAMP

Orientador: Prof. Fernando Antonio Lourenço

"Ninguém, além de nós, poderá dar vida a essas tentativas muitas vezes débeis, outras vezes fortes, sempre tocantes, em que os homens do passado, no fundo de uma terra inculta, em meio a uma aclimação penosa da cultura européia, procuravam estilizar para nós, seus descendentes, os sentimentos que experimentavam, as observações que faziam, - dos quais se formaram os nossos."

- (Antonio Candido. *Formação da Literatura Brasileira*)

AGRADECIMENTOS

Esta é uma versão ligeiramente modificada da monografia de fim de curso apresentada junto ao Departamento de Sociologia do IFCH da UNICAMP, no dia 9 de dezembro de 1993.

Devemos especiais agradecimentos aos membros da banca examinadora, cujas críticas e sugestões foram apenas parcialmente incorporadas a este texto, mas que deverão ser absolutamente úteis para as reflexões que por ora vamos realizando, dando continuidade a um trabalho de mestrado, de que esta monografia é apenas esboço.

Agradecemos portanto ao professor Rubem Murilo Leão Rego, pela rigorosa leitura crítica e pelas sugestões bibliográficas apresentadas; ao professor Niuvenius Junqueira Paoli, pelas preciosas sugestões para a pesquisa que se anuncia e pela presença sempre amiga desde os meados da graduação; à professora Maria de Nazareth Baudel Wanderley, cujos apontamentos sobre a questão agrária sugerem rumos interessantes para a pesquisa, e cuja absoluta honestidade, somada ao extremo respeito pela dupla orientação que vínhamos tendo, possibilitou afinal que este trabalho se concretizasse como resultado de uma pesquisa de dois anos; ao professor Fernando Antonio Lourenço, cuja contribuição ultrapassa em muito as sugestões e as críticas ao trabalho.

A ele devemos — graças a uma orientação rigorosa, exigente e respeitosa — um constante estímulo para a pesquisa, somando a paixão pelo trabalho de levantamento e leitura de fontes ao comedimento e à busca de rigor no momento da análise. Se algum mérito houver neste trabalho, dividimo-lo com o Professor Fernando Lourenço.

Agradecemos também ao CNPq pelos quase dois anos de pesquisa financiados com uma bolsa de iniciação científica. Por fim, agradecemos às bibliotecárias da coleção de obras raras e da coleção Sérgio Buarque de Holanda da Biblioteca Central da UNICAMP, pela

gentileza e solicitude e, como não poderia deixar de ser, agradecemos àqueles colegas, amigos e parentes que das mais diversas maneiras contribuíram para o eventual sucesso deste trabalho, com críticas, sugestões ou simples conversas.

SUMÁRIO

Introdução

A - Agricultura e nação como temas.....	11
B - A respeito do método.....	15

Capítulo I

Um fervilhar de idéias	23
------------------------------	----

Capítulo II

Uma "Agricultura Ilustrada"	37
-----------------------------------	----

Capítulo III

A agricultura e a nação ilustrada	53
---	----

Conclusão

A derrota da Ilustração	63
-------------------------------	----

Bibliografia

Bibliografia	67
Fontes	71

Introdução

A - AGRICULTURA E NAÇÃO COMO TEMAS

O atraso da agricultura brasileira frente às conquistas tecnológicas mundiais é tema que se debate há muito. Desde os tempos coloniais a eficiência agrícola aparece, no discurso de dirigentes e de intelectuais luso-brasileiros, como uma preocupação fundamental. O debate encerra uma discussão que transcende os aspectos técnicos da busca da eficiência, atingindo em cheio questões maiores, como a nação, a civilização, a mão-de-obra, a formação do povo. São todas questões pungentes, que povoaram o imaginário dos homens cultos desde a época colonial, deixando suas marcas na história do pensamento social brasileiro.

No período que se estende do fim do século XVIII até as primeiras décadas do século seguinte, a discussão sobre a agricultura luso-brasileira é especialmente rica, porque revela, para além dos problemas imediatos do atraso técnico, as intenções e posições daqueles que escreviam para o progresso, efetuando, das formas mais diversas, um discurso ilustrado sobre a nação. A questão nacional, que contempla a problemática da modernização e da emancipação, estava presente também na discussão agrícola, porque os ilustrados que sobre ela se detinham não podiam deixar de perceber a agricultura como um dos aspectos — dos mais importantes, dada a nossa formação histórica de colônia agrícola de exploração — da civilização que se queria ver vito-

riosa. A nação, fosse ou não idealizada nos termos da independência, seria uma nação civilizada, possuidora de uma agricultura pujante, diversificada e tecnicamente avançada. Não foram poucos, contudo, os problemas, teóricos ou práticos, que os ilustrados enfrentaram ao idealizar o melhoramento da agricultura. A escravidão, com sua face ao mesmo tempo insidiosa e necessária, ou mesmo a quase ausência de meios para o progresso intelectual, tecnológico e científico, enfim, para o progresso das **Luzes** em solo brasileiro, eram problemas que tornavam os sonhos ilustrados de uma agricultura civilizada bastante distantes da realidade.¹

¹ Cabem aqui, desde logo, algumas breves considerações sobre a terminologia utilizada ao longo deste trabalho. Palavras como "nação", "civilização", "Ilustração", "Luzes", são termos plenos de sentidos, que resta precisar. As "Luzes", expressão constante em larga escala do discurso dos intelectuais num período pré-independência, parecem ali significar algo como uma potência civilizadora, uma espécie de força inequívoca das novas idéias européias que se deviam espalhar promissora pela inculta paisagem colonial, vencendo a obscuridade em que se via mergulhado o Império português graças à ignorância e aos arraigados costumes da maioria da população. A "civilização" propriamente dita, menos freqüente embora no discurso da intelectualidade de então, nos remete, antes do que a um paradigma fornecido pela Europa, a um processo, que nos levaria do estado de ignorância e atraso técnico a um estado mais elevado, no qual a "nação" despontaria no cenário mundial. A "nação", ademais, é um termo bastante freqüente naquele discurso, ultrapassando com o seu sentido a idéia de território, significando, num sentido mais amplo, uma soberania econômica, cultural e política, por que emancipacionistas e não emancipacionistas igualmente propugnavam. A idéia (essencial, nos parece) das "Luzes", afora demonstrar uma estreita ligação daquela elite intelectual com o movimento de idéias que se processava na Europa, nos traz à vista a idéia da "Ilustração", tão cara aos estudiosos do período. Ocorre que esta expressão (e o decorrente termo "ilustrado") não figura naquele momento entre as palavras utilizadas pelos intelectuais. A sua utilização neste trabalho, temendo o risco do anacronismo, obedece à necessidade de nomeação do grupo que promovia, ou buscava promover, as "Luzes" em território colonial. A nossa "Ilustração" será, portanto, a intelectualidade que escrevia para o

A formação de uma "identidade nacional brasileira", forjada nas mentes ilustradas desde antes da independência, se inscreve num movimento global de nacionalização, quando os problemas locais eram repensados a partir do prisma da "nação".² A agricultura não escapa deste

progresso daquelas "Luzes", significando também o tenso e complexo **processo** de adaptação e recriação das idéias "ilustradas" européias em paragens brasileiras.

² Não obstante ser possível perceber os vários sentidos que o termo "nação" vai adquirindo no discurso ilustrado (definíamos, acima, a "nação" como algo que naquele discurso vai além da idéia de território), fica no ar a dúvida de poder estabelecer-se um significado para a "nação" em termos objetivos, ou seja, de acordo com aquilo que aqueles ilustrados, naquele momento, imaginavam como a "nação". Hobsbawm, analisando a questão nacional nascente na Europa do século XVIII, tem em mente esta dificuldade, ao afirmar a impossibilidade de se pensar a "nacionalidade" em uma dimensão única, seja política, cultural ou outra. Cf. Hobsbawm, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. R.Janeiro, Paz e Terra, 1990, p.17. Além disso, ele ressalta, no lugar de uma análise puramente objetiva ou unicamente subjetiva da "nação", o seu sentido mutante e histórico, enfatizando "*o elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações*" (pp. 18-19). Mas a nação que se desenhava nas mentes ilustradas, com as quais nos preocupamos, tampouco era fruto exclusivo de um único anseio patriótico dos intelectuais. A heterogeneidade do discurso pode mostrar, além do caráter por vezes dúbio e sempre mutante do termo "nação" (não se esqueça a necessária historicização do termo, que certamente dizia aos contemporâneos algo bem diferente do que nos diz agora), a riqueza de uma "consciência nacional" nascente, que, por sua vez, tampouco é absoluta ou única. Hobsbawm também aqui pode nos ajudar, porque considera estar a "*identificação nacional*", que congrega um grupo através de um sentimento comum da "nação", "*sempre combinada com identificações de outro tipo, mesmo quando possa ser sentida como superior às outras*" (p. 20). Aceitas as considerações do historiador inglês, temos então que lembrar de outras "*identificações*" que não só a nacionalista, mesmo que a nossa análise se restrinja a uma camada bastante precisa da população (os letrados). O heterogêneo e amplo grupo de intelectuais que escreviam sobre a nação (falando dela diretamente ou não) possuía também uma identificação coletiva, median- te a qual se sentiam agentes da construção da nação civilizada. Há uma identidade fun-

repensar-se, e é ela, nos parece, um aspecto essencial da construção ideal da nação civilizada. No Brasil, quando mal se esboçava a independência política, já os ilustrados buscavam soluções que apontassem para a superação do estado lastimoso da sua agricultura. As propostas e os projetos da Ilustração luso-brasileira, neste particular, podem ajudar-nos a compreender o alcance e a complexidade do problema da modernização, que, afinal, toma rumos e significados novos com o fim do sistema colonial, quando ao Brasil, pela voz dos ilustrados brasileiros e luso-brasileiros, restava descobrir as suas potencialidades para explorá-las, buscando uma melhor adequação aos tempos modernos.

damental, não necessariamente coincidente com o sentimento nacionalista, que unia os ilustrados em torno de dadas propostas e posturas; uma identidade que pode revelar não apenas a idéia que faziam de si próprios, mas, também, a maneira como este grupo enxergava os problemas do seu tempo e como reagia a eles, quase sempre dentro da ótica da nação que trabalhavam por ver nascer. Este, afinal, o eixo do trabalho que aqui se expõe.

B - A RESPEITO DO MÉTODO

A reflexão sobre a "Ilustração agrícola" num período pré-independência exige uma ponderação sobre a questão nacional. O pensar a nação, num contexto de relativa dependência cultural e de quase completa dependência econômica (falamos, que bem se lembre, de uma colônia ainda às voltas com a dominação metropolitana e que, mesmo independente após 1822, manter-se-ia na condição de "nação periférica"), era um exercício intelectual complexo. A construção imaginosa da nação, pela mente e pelas penas dos ilustrados, respondia à sua necessidade — variada e multiforme — de encontrar os rumos para uma economia decadente e para uma coletividade caótica, inculta e em sua maior parte iletrada. É com base nesta necessidade, que se impunha imperiosamente, que os problemas da agricultura, como os viam os ilustrados, eram pensados. A idealização da nação civilizada seria assim a contraface necessária da discussão agrícola que então se processava. Temos aí um duplo movimento, que nos leva dos problemas específicos da agricultura aos problemas maiores da nação, e vice-versa. Tanto num plano quanto noutro, há que se compreender a complexidade e sobretudo a unidade das questões que àqueles homens se colocavam. Cada minúscula contribuição escrita para o progresso agrícola da colônia ou da metrópole é também uma parte ínfima, mas mais ou menos significativa, do processo de civilização que era idealizado. Porém, ao tentar compreender este processo, em sua generalidade, não podemos considerá-lo uma mera soma de intenções e intentos modernizadores.

Tampouco a compreensão de cada um dos pequenos artigos que eram veiculados pelas publicações de então pode render-se à solução fácil e equívoca que enxerga em cada dado isolado nada mais que a manifestação, no detalhe, do processo geral de modernização. Uma preocupação heurística vem se afirmando desde que iniciamos esta pesquisa, e não nos parece exagerado lembrar aqui uma passagem do prefácio à *Crítica da Razão Dialética*, em que Sartre discorre sobre a análise de Marx no *18 Brumário de Luís Bonaparte*:

"Se (Marx) subordina os fatos anedóticos à totalidade (de um movimento, de uma atitude), é através deles que quer descobri-la. Em outras palavras, dá a cada acontecimento, além de sua significação particular, um papel de revelador: já que o princípio que preside a pesquisa é o de procurar o conjunto sintético, cada fato, uma vez estabelecido, é interrogado e decifrado como parte de um todo; é **sobre ele**, pelo estudo de suas insuficiências e de suas 'sobre-significações', que se determina, a título de hipótese, a totalidade no seio da qual reencontrará a sua verdade. Assim, o marxismo vivo é **heurístico**(...)"³

A consideração de Sartre é pertinente porque revela uma possibilidade metodológica fecunda, de perceber a intencionada civilização (compreendida em nosso caso como um processo histórico complexo, à maneira de como Marx via a revolução de 1848 e o golpe de Estado de Luís Bonaparte) não como um processo autônomo desvinculado de implicações múltiplas, nem tampouco como mera soma de intentos e intenções. A modernização, termo generalizante e em si mesmo impreciso, pode ganhar, na análise cuidadosa do discurso ilustrado, um senti-

³ Sartre, Jean-Paul. "Questão de método" in *Sartre*. S.Paulo, Abril, 1973 (col. "Os Pensadores", vol. XLV), p. 128.

do sociológico profundo, porque pode revelar, para além do campo das aparências, uma complexa rede de significados que se estabelecia através do discurso sobre a nação civilizada (em nosso caso, especificamente o discurso ilustrado sobre a agricultura). Um discurso, que bem se lembre, polifônico. A sua heterogeneidade, contudo, não nos impossibilita de tentar encontrar — e decifrar — algo das visões de mundo presentes entre os homens cultos daquele tempo, de alguma forma veiculadas pela sua escrita:

"(...)assim como os sujeitos históricos, suas falas e representações também estão em relação com outras visões do mundo, constroem-se no confronto com outras versões. As práticas discursivas são práticas sociais, portanto produzidas por seres sociais, isto é, seres que se constituem nas (e através das) relações sociais, plenas de confrontos, embates, lutas. O 'mundo das idéias', não é um mundo à parte nem exterior às lutas sociais".⁴

A não exterioridade do "mundo das idéias" possibilita-nos enxergar o discurso ilustrado como o exercício de um, ou até mesmo de vários projetos que se fundiam na polifonia deste mesmo discurso; exercício que se fazia amalgamando projetos às vezes grandiosos e impalpáveis às mais mesquinhas e imediatas necessidades práticas.⁵

⁴ Lara, Sílvia H. "Dilemas de um letrado setecentista" (Apresentação a Rocha, Manoel Ribeiro. "Etiópe Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corrigido, Instruído e Libertado") in *Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 21, p. 7.

⁵ Alfredo Bosi desvela magistralmente a dialética desse movimento entre um tempo futuro (ligado a um projeto ambicioso) e um outro tempo mais imediato, quando se refere ao desenvolvimento da escrita colonial: "*A escrita colonial não é um todo uniforme: realiza não só um gesto de saber prático, afim às duras exigências do mercado ocidental, como também o seu contraponto, onde se fundem obscuros sonhos de uma humanidade naturaliter christiana e valores de liberdade e equidade que a*

A complexidade da tarefa de reconstrução dos significados ocultos sob um discurso heterogêneo nos obriga a um trabalho relativamente delicado, que atente para este discurso não como algo dado e inconteste, mas como realidade viva, que ressoa para nós, leitores de hoje, de forma essencialmente diferente do como devia soar para um leitor daquele tempo. Para contornar este deslocamento de sentido, ou antes para acompanhá-lo, buscando uma compreensão que nos aproxime ao máximo do momento histórico, deve-se realizar uma leitura intra e intertextual daquilo que elegemos para estudo.⁶ A atenção sobre a construção de significados nos escritos da nossa Ilustração nos leva até a consideração extrema de que todos e quaisquer conceitos ou idéias, expressos nos termos do discurso ilustrado, são construções intelectuais que não nos cabe julgar a partir do nosso arsenal de valores, ou tampouco nos cabe reconstruí-las a partir de categorias hodiernas, baralhando idéias e conceitos de tempos e espaços distintos. Pelo contrário, a tarefa do sociólogo é, neste caso, atentar para o sentido que podia ter, **naquele contexto específico**, cada colocação de cada um dos ilustrados com cujos escritos nos defrontamos.

mesma ascensão burguesa estava lentissimamente gerando. Onde vislumbramos acenos contra-ideológicos descobrimos que o presente está ou sob o olhar do passado ou voltado para um futuro ideal, um olhar que se irradia do culto ou da cultura". Bosi, A. "Colônia, culto e cultura" in *Dialética da Colonização*. S. Paulo, Cia. das Letras, 1992, pp. 34-35.

⁶ Fábio Lucas, ao escrever sobre a poesia dos inconfindentes, descarta a possibilidade de uma *"leitura epidérmica"* dos Autos da Devassa, e defende uma leitura dos poetas que seja *"obliqua, subliminar, em que motivações não controladas despontam inconscientemente para iluminar a verdade(...)"*. Lucas, Fábio. "Poetas de Vila Rica" in *Nossa América*. S. Paulo, mar/abr 1992, p. 8.

Um trabalho de cunho sociológico deve, ademais, atentar para as continuidades e descontinuidades das propostas e posturas daqueles que escreviam, julgando sempre fazê-lo em nome da civilização. As obras que foram editadas nas primeiras décadas do século XIX, bem como algumas obras anteriores, voltadas para o progresso agrícola, possuem, sem prejuízo de sua singularidade, inúmeros pontos comuns. Há recorrências de problemas, temas e soluções, sugerindo-nos possibilidades interpretativas que vão além das usuais delimitações de tempo e espaço. Daí a dificuldade de precisão do período e do espaço aos quais nos dedicamos. As publicações, feitas em Lisboa antes de 1808 e também no Rio de Janeiro a partir daí, ilustrariam a colônia de um modo geral e bastante amplo. Não se trata de encobrir, numa grosseira generalização, as eventuais peculiaridades de um discurso agrícola que se dirigia a um território imenso e que, portanto, devia ter as suas especificidades quando referido exatamente a este ou àquele local. Porém, e é o que buscamos por ora, há, neste discurso, um espírito de experimentação, que ordenava atitudes de inovação antes que receitas exatas a serem seguidas. Ou seja, não estamos negando a diversidade do discurso agrícola. Apenas estamos associando uma eventual relativização da aplicabilidade das novas tecnologias em lugares específicos da colônia a um espírito que se queria, segundo nos parece, universalizar: um espírito inequivocamente aberto para novas possibilidades técnicas.⁷

⁷ Realmente, não nos foi possível verificar, nas publicações que consultamos, grandes precisões quanto à aplicabilidade dos métodos propostos para esta ou aquela região. A relativização da aplicabilidade das novas tecnologias parece ser uma constante no discurso voltado para a agricultura, mas apenas quando referida às diferenças entre as condições de uso dos instrumentos nos trópicos ou em países europeus. Não vimos, no que pudemos até aqui analisar, um discurso pulverizado, preocupado especificamente com as condições climáticas ou geológicas de cada região brasileira. O que vimos, sim, foi a cobrança ilustrada sobre uma certa abertura dos lavradores para as novas

A recolocação de problemas e de idéias ao longo do tempo traz à vista uma outra questão, de conseqüências metodológicas profundas. Trata-se da recolocação de idéias não mais no tempo, mas no espaço. A famigerada polêmica em torno das "idéias fora do lugar" — expressão cunhada por Roberto Schwarz nos anos setenta⁸ — pode auxiliar-nos na reflexão sobre o conteúdo estrangeiro das idéias cultivadas em solo brasileiro e apregoadas pelos ilustrados de antanho. Haverá, decerto, uma dialética bastante especial entre o "universal" e o "particular", o "global" e o "local", quando nos referimos ao Brasil dos séculos XIX e XVIII. Não obstante sua roupagem estrangeira, as idéias que informaram as mentes ilustradas concerniam à realidade local, numa readaptação e recriação singulares, cujas conseqüências estéticas foram esmiuçadas pelo crítico literário em trabalho recente.⁹ Nos utilizaremos, mais à frente, de algumas das pistas fornecidas pelo trabalho de Schwarz. Por ora, vale a lembrança de que uma polêmica deste quilate não pode ser apartada de um trabalho que se propõe discutir questões relativas à idealização da nação, num contexto em que a própria nação não era exatamente um tema local, mas sim universal. Enfim, a própria discussão da agricultura brasileira, inscrita na problemática maior da nação, deve muito a influências estrangeiras, também elas algo que não se deva

possibilidades técnicas que se iam apresentando. Resta verificar, e aqui vislumbramos caminhos para uma pesquisa futura, se acaso haverá peculiaridades naquele discurso, quando voltado especificamente para esta ou aquela área, o que acrescentaria um elemento de diversidade à sua análise.

⁸ Schwarz, Roberto. "As idéias fora do lugar" in *Estudos Cebrap*, n.º.3, janeiro, 1973, pp. 149-162.

⁹ Idem. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. S. Paulo, Duas Cidades, 1990.

encarar como simples fluxo de idéias, que passariam do pólo "moderno" ao pólo "atrasado" sem efeito algum de deslocamento. Também no terreno da discussão sobre a agricultura a recepção das novas idéias é um processo tenso e criativo, dando margem a inúmeras interpretações possíveis. Passemos pois a uma delas.

Capítulo I

Um fervilhar de idéias

Os primórdios do século XIX luso-brasileiro parecem ter assistido a um fervilhar de idéias novas. Os intelectuais, os cientistas ou os políticos — predados que em geral somavam-se num mesmo indivíduo, a quem chamaríamos "ilustrado" — buscavam na Ilustração européia a fonte sempre renovada de um ideário da civilização, que com algum custo buscavam adequar à realidade colonial. Dava-se então um movimento intelectual difuso, mas nem por isso débil, cuja principal característica parecia ser o pensar sobre a nação, fosse nos termos de um Império luso-brasileiro, fosse nos termos de um Brasil independente. Mas os primeiros ventos de renovação do espírito datam de antes ainda, do século anterior. É durante o consulado pombalino que veremos, possibilitadas pelo despotismo ilustrado português, atitudes pioneiras de renovação intelectual na colônia, com a criação de academias científicas e o fomento à diversificação do seu meio rural e à tecnificação do cultivo. A contrapartida da incipiente industrialização encetada na metrópole era a promoção, no além-mar, do melhoramento da sua agricultura, que se faria mediante um estímulo às ciências naturais. A Academia Científica do Rio, por exemplo, fundada em 1772 com a aprovação da coroa, foi responsável pela publicação, em Lisboa, de alguns tratados de história natural do Brasil, resultado de levantamentos siste-

máticos da flora nativa.¹⁰ O "século das Luzes" europeu, com a supremacia da razão científica, atingiu portanto o Império português, tendo na sua colônia americana manifestações próprias. Oliveira Lima assim se refere a este movimento de idéias:

"O isolamento brasileiro era demasiado rigoroso para permitir que, conforme aconteceu em países mais adiantados com as academias do século XVII, e mesmo no atrasado Portugal durante o século XVIII com as antigas e insípidas tertúlias, as nossas companhias alcançassem transmutar inteiramente a sua roupagem farfalhada, quase exclusivamente literária, em uma vestimenta científica. Delas resultaram em todo o caso um perseverante incitamento espiritual e um consagrado respeito pelas manifestações do pensamento, deveras apreciáveis em uma sociedade pouco familiar com os assuntos da inteligência".¹¹

As academias, não obstante "*sua roupagem farfalhada*", possuíam um papel fundamental na Ilustração da colônia. As "*manifestações do pensamento*" ganhavam, com elas, um relevo inusitado. O período subsequente ao governo de Pombal não encerrou este processo, nem sequer fê-lo esmorecer. A política colonial portuguesa, desde 1777 até pelo menos 1808, pautou-se pela promoção das Luzes, com o incentivo à tecnificação e diversificação da agricultura e o fomento às ciências, na metrópole como também em território colonial.¹² Este período todo,

¹⁰ Cf. Dias, Maria Odila S. "Aspectos da ilustração no Brasil" in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n.º. 278, jan/mar 1968, pp. 113-114.

¹¹ Lima, Oliveira. *Aspectos da Litteratura Colonial Brasileira*. Leipzig, F.A.Brockhaus, 1896, pp. 129-130.

¹² Contestando o corte cronológico operado pela historiografia tradicional (portuguesa como brasileira), que vê no período posterior à "viradeira" o refluxo dos intentos reformadores pombalinos, Fernando Novais ressalta o caráter de reformismo ilustrado

que vai da "viradeira", quando cessava o governo pombalino, até a transferência da corte ao Brasil, guarda um intenso debate sobre a civilização e o melhoramento técnico dos campos, intentado pelo Estado e instado por aqueles ilustrados, portugueses como brasileiros, preocupados com o futuro econômico do Império português. Para muitos deles, não haveria a necessidade da separação política do Brasil e de Portugal para sanar-se os problemas econômicos que afligiam o reino. Havia, contudo, os movimentos emancipacionistas, que conviviam, embora em conflito, com a proposta reformista da formação de um Império luso-brasileiro. Intenções antagônicas, sem dúvida, mas que congregavam intelectuais igualmente empenhados na idealização de uma civilização virtual, inalcançada mas almejada por todos.

Seriam os ilustrados, especialmente brasileiros, que dariam vida à idéia de uma nação civilizada. Nas inconfidências, bem como na idealização de um grande Império português transcontinental, o mote das intenções ilustradas parecia ser a civilização. As transformações que se operavam no cenário político internacional davam margem ao surgimento de idéias novas, que vicejaram em solo colonial das maneiras mais diversas. Basta que se recorde a diferença entre os movimentos

do reinado de D. Maria I: "(...) o reinado de D. Maria I apresenta-se, pois, mais bafejado pelas Luzes do que o período anterior. É todo um difuso programa de reforma que se preconiza, um esforço mais ou menos dramático de reajustamento às tendências dominantes, com vistas à dinamização da economia e vitalização da sociedade, sem contudo atingir as suas estruturas fundamentais: reformismo típico e de resto ineficaz". Novais, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. S.Paulo, Hucitec, 1989, pp. 10-11. Mais adiante, já referindo-se à política colonial do período de crise do Antigo Sistema, observa: "Bem vistas as coisas, portanto, o período que se segue ao 'consulado' pombalino aparece-nos muito mais como seu desdobramento que sua negação". Ibidem, p. 224.

emancipacionistas ocorridos em Minas Gerais e na Bahia. Em Vila Rica, a fina flor da elite mineira conspirava contra a coroa e tentava fazer nascer uma nova república, a partir dos interesses econômicos locais e de um ideário liberal inspirado na Europa e instigado pelo sucesso da luta pela independência nas colônias inglesas da América do Norte.¹³ Em Salvador, um grupo mais heterogêneo de pequenos e médios negociantes, de intelectuais, de milicianos e também de negros e mulatos buscava uma república radicalmente democrática, numa conjuração influenciada não apenas pelos acontecimentos dos Estados Unidos, mas também da França e do Haiti.¹⁴

O Brasil, ainda na condição de colônia, não estava alheio aos problemas e às questões que movimentavam o mundo. Mesmo que uma grande parte da sua população rural não tivesse acesso a qualquer ferramenta política de participação no poder, ou ainda que convivêssemos com o estatuto da escravidão como algo praticamente inevitável, as questões da nação não nos escapavam. Os homens daquele tempo - ao menos aqueles que tinham acesso à cultura dominante - idealizavam, a partir dos mais variados interesses, a nação, nos termos da república independente ou do Império luso-brasileiro. O que amalgamava projetos tão díspares era o ideal, tampouco único e homogêneo, da civilização. Este era, talvez, o grande elemento comum destas propostas. Uns a idealizavam de uma forma, outros de forma distinta, mas a civilização era a tônica do discurso ilustrado, fosse como crítica à ação governamental, fosse como substrato teórico e prático dela. Os seus prepostos,

¹³ Cf. Maxwell, Kenneth. "Condicionalismos da independência do Brasil" in Silva, Maria Beatriz Nizza da (org.). *O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)*. Lisboa, Editorial Estampa, 1986.

¹⁴ Cf. Ramos, Donald. "Social Revolution Frustrated: The Conspiracy of the Tailors in Bahia, 1798" in *Luso-Brazilian Review*, vol. 13, n°.1, summer, 1976.

filhos da elite colonial, iam à Europa e lá se formavam nas grandes universidades, engrossando mais tarde, já maduros, as fileiras do Estado que se modernizava e que queria plantar em solo colonial uma civilização. Nomes como o de José Bonifácio ou Ferreira da Câmara, por exemplo, estiveram constantemente ligados ao Estado que, em meio às tentativas de ajuste econômico do Império, buscava promover empreendimentos científicos que revigorassem as técnicas produtivas na colônia e na metrópole e instaurassem ali uma nova era, quando as Luzes atingiriam não apenas as academias e os círculos intelectuais mais restritos, mas também e principalmente os lavradores, inclusive os de além-mar. Estes, no heterogêneo discurso ilustrado, eram a razão maior pela qual escreviam os sábios. Na revista brasileira *O Patriota*, de 1813, Jacinto José da Silva Quintão, ex-membro da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, nos conta, acerca daquela antiga instituição, que o Marquês do Lavradio a criara, "*movido por alguns gênios Literatos amantes do bem público*", com o intuito de

"promover a felicidade pública por meio da Agricultura, como também de desenvolver idéias profícuas adormecidas em cabeças que pareciam obtusas, e pouco científicas. (Tanto pode a emulação fomentada pelas almas grandes!)"¹⁵

O desenvolvimento de idéias adormecidas em cabeças "pouco científicas" era o objetivo maior daqueles ilustrados, que se auto-atribuíam uma "missão civilizadora"¹⁶ que pudesse resgatar os colonos do estado de ignorância em que se viam. O senso de responsabilidade pe-

¹⁵ Quintão, Jacinto José S. "Memória sobre a cochinilha e o método de a propagar" in *O Patriota*, n°.4, out. 1813, pp. 12-13.

¹⁶ Cf. Lourenço, Fernando A. *Agricultura ilustrada: ambivalência ideológica do reformismo agrícola no Brasil (1770-1900)*. Campinas, mimeo, 1990, p. 8.

rante a gigantesca tarefa de contribuir para a Ilustração da nação parece ter sido patente entre os intelectuais, que desta forma tomavam consciência de seu papel preponderante na civilização. Esta conscientização não se faria, é verdade, sem problemas, pois que aquele papel era por vezes exagerado, cabendo tão somente às "almas grandes" o despertar das Luzes. É quase uma missão pedagógica que surgia entre eles: os incultos lavradores dos trópicos precisavam de sua ajuda, idéia que se confirma no ofício assinado pelo ilustrado ministro português D. Rodrigo de Souza Coutinho, enviado em 31 de julho de 1799 a D. Francisco Coutinho, ordenando-lhe que, em nome de Sua Alteza Real, se:

"dê alguns prêmios a os que promoverem mais uma cultura útil, ou nova, e que proponha com as suas luzes, e atividade o que julgar mais conveniente para excitar esses Espíritos indolentes ainda mais pelo Clima, que habitam, do que por qualquer outro motivo(...)".¹⁷

Além da temática da indolência do trabalhador nos trópicos — recorrente na história do pensamento social no Brasil —, temos aí a confirmação daquela missão, pois caberia ao Estado, pela ordem do ilustrado ministro, "excitar" os lavradores com o aceno de um prêmio pela diversificação das culturas agrícolas e também, "com as suas luzes", criar entre eles um anseio civilizador, que lhes possibilitasse a superação daquela indolência causada pelo clima. A civilização se impunha no discurso ilustrado e, mesmo dentro da lógica do sistema colonial, que atrelava os interesses locais aos interesses maiores do Império, a nação já estava sendo pensada, ainda que o fosse tão somente nos termos de uma civilização a ser alcançada.

¹⁷ *Ofício de Dom Rodrigo de Souza Coutinho a Dom Francisco de Souza Coutinho*. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, seção de manuscritos, (Ms.I-28, 28, 33).

O chamado Império luso-brasileiro, fruto da inventiva dos intelectuais de então, ganhava pouco a pouco contornos mais precisos. Projeto gigantesco, em parte gestado a partir do temor frente à possibilidade de que a experiência haitiana pudesse repetir-se no Brasil¹⁸, este ideal de uma nação transcontinental contava com o apoio de intelectuais de todos os naipes, até mesmo daqueles que há bem pouco tempo eram suspeitos de sublevação. Manuel Ferreira da Câmara, por exemplo, chefio, às expensas da coroa, uma expedição científica às minas da Europa, não obstante ter um irmão, José de Sá Bettencourt, envolvido nos acontecimentos da inconfidência mineira. O próprio José Bettencourt seria mais tarde encarregado de uma expedição mineralógica pela Bahia. José Álvares Maciel, exilado em Angola, forneceria uma memória sobre as suas minas. Os membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, que haviam sido presos sob suspeita de maquinações contra a coroa, foram soltos por ordem de D. Rodrigo de Souza Coutinho.¹⁹ Percebe-se uma série de atitudes que, longe de terem sido fruto simplesmente de alguma benevolência ilustrada, conformavam de fato um grande projeto político e intelectual, que era a formação do Império luso-brasileiro. O temor frente à radicalidade dos conluíus que tentaram, em 1798, dar início a uma revolução democrática na Bahia, pare-

¹⁸ Maria Odila Dias, num estudo sobre a nossa transição para a independência, ressalta a "acomodação" de interesses variados das elites em torno de propostas conservadoras. O "haitianismo" (o temor de que os episódios sangrentos do Haiti aqui se repetissem) surgia como um fantasma a assombrar os senhores de escravos e tinha importante papel naquela "acomodação", posto que "agiu como força política catalisadora e teve um papel decisivo no momento em que regionalismos e diversidades de interesses poderiam ter dividido as classes dominantes da colônia", Dias, Maria Odila S. "A interiorização da metrópole (1808-1853)" in Mota, Carlos G. (org.). *1822: Dimensões*. S. Paulo, Perspectiva, 1972, p. 174.

¹⁹ Cf. Maxwell, Kenneth. *op.cit.*, pp. 374-380.

cia importar sobremaneira a D. Rodrigo Coutinho.²⁰ Daí o início de uma série de reformas ilustradas, que, além de reativas às manifestações políticas pela emancipação, tentavam ajustar as bases do sistema econômico à nova realidade de um mundo em que o pensamento liberal progressivamente ditava normas.

Tal ajuste, contudo, não se podia fazer senão revelando contradições profundas do sistema colonial que periclitava. Fernando Novais desvela a crise estrutural por que passava o Antigo Sistema Colonial, demonstrando que a junção de idéias colonialistas e de idéias liberais, conformando o que ele denomina "mercantilismo ilustrado", era a resposta possível para a situação em que se encontravam Portugal e Brasil, posto que assumir completamente o ideário liberal em curso seria efetivar uma crítica ao próprio sistema. Assim, a persistência da visão mercantilista na base das reflexões dos ilustrados luso-brasileiros apenas sustentava, contraditoriamente, o nexa da exploração colonial. Exploração, aliás, que alimentara, também contraditoriamente, o desenvolvimento do sistema de comércio "livre" pela Inglaterra. Novais percebe, na persistência de um sentido mercantilista para a expressão "colônias", no verbete da *Encyclopédie*, uma chave para a compreensão desta contradição:

"Tal persistência, aliás, mostra bem a importância da exploração colonial como instrumento de desenvolvimento das economias centrais na fase de transição para o capitalismo industrial. Somente o desenvolvimento deste (a partir da segunda metade do século [XVIII] na Inglaterra) permitiria (para a potência industrializada, ou em processo de industrialização) prescindir das compulsões institucionais do sistema(...). Para os países do Continente, em graus vários de defasagem em

²⁰ Idem, ibidem, p. 379.

relação à Inglaterra, o **dilema** era precisamente este: a remoção da defasagem implicava, no plano teórico, na crítica do Antigo Regime como um todo, e pois também do próprio sistema colonial, indispensável para manter o ritmo de acumulação, sem o qual o atraso não se superava. A impossibilidade **teórica** de ultrapassar esse dilema sem negar o sistema como um todo imprimia um iniludível caráter ideológico às formulações reformistas: a impossibilidade **prática** de ultrapassar as contradições levava, por seu lado, às rupturas revolucionárias, e nelas, a colocação explícita do dilema: assim, nas assembleias revolucionárias da França, a dura opção entre os 'princípios' e as 'colônias', assim os vintistas portugueses tendo que combinar liberalismo com recolonização do Brasil".²¹

O grande teórico deste "colonialismo ilustrado", utilizando a expressão de Novais, foi José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, o bispo de Elvas. Autor de uma série de obras econômicas,²² escritas entre 1794 e 1804, ele soube amalgamar princípios liberais com a mais ortodoxa teoria mercantilista.²³ A influência, a um só tempo, do liberalismo e da fisiocracia francesa, pode revelar, para além de uma filiação a tal ou qual escola da economia política, o compromisso entre as doutrinas econômicas da Europa em ascensão e os privilégios de uma aristocracia rural brasileira. No dizer de Sérgio Buarque de Holanda,

²¹ Novais, Fernando A. *op.cit.*, pp. 231-232.

²² Coutinho, J.J. da Cunha de Azeredo. *Obras econômicas*. S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1966.

²³ Sobre Azeredo Coutinho, na obra de Fernando Novais, ver p. 230 e segs.

"nem a experiência universitária, nem o estado clerical, nem a viva curiosidade do espírito, que o levava a absorver uma ou outra doutrina progressista da época, chegariam a apagar nele o vinco do senhor rural".²⁴

A junção de ideais ilustrados, progressistas na moda da época, com uma prática política conservadora, bem se vê, data de há muito. Não é privilégio do nosso tempo.

A tentativa de construção, da parte daqueles intelectuais, de uma identidade nacional realmente brasileira far-se-ia, contudo, num tempo posterior àquele em que o bispo Azeredo Coutinho reforçava as bases de um "colonialismo ilustrado", vaticinando a grande nação transcontinental. A data fundamental para o surgimento de novas preocupações nacionais, ainda que procuremos fugir às arbitrariedades das periodizações, é inescapavelmente 1808. Foi neste ano que partiu da Península a esquadra que levava a família real e toda a sua corte ao Brasil. No dizer de Antonio Candido,

"Imprensa, periódicos, escolas superiores, debate intelectual, grandes obras públicas, contacto livre com o mundo (numa palavra: a promoção das luzes) assinalam o reinado americano de D. João VI, obrigado a criar na Colônia pontos de apoio para o funcionamento das instituições. **Foi a nossa Época das Luzes(...)**".²⁵

A efervescência intelectual (e científica, por suposto) do período que se inicia com o deslocamento da corte ao Brasil deveu-se à transfe-

²⁴ Holanda, Sérgio Buarque de. "Apresentação" in Coutinho, J.J. da Cunha de Azeredo. *op.cit.*, p. 26.

²⁵ Souza, Antonio Candido de Mello e, *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. B. Horizonte, Itatiaia, vol. 1, p. 227, grifos nossos.

rência, para a colônia, de todo o arsenal teórico de idéias que se sustentava em Portugal e que, agora, conformava um novo cenário intelectual e artístico para os brasileiros e luso-brasileiros que tinham acesso às letras e às ciências. A nossa Ilustração encontrava o cenário perfeito para um desenvolvimento cultural em termos cada vez mais **brasileiros**. Afora as injunções externas, a vinda da família real significava uma inversão inédita, embora largamente premeditada, na relação entre colônia e metrópole.²⁶ Agora, era o Brasil o centro das atenções políticas e o centro cultural e artístico do Reino, que em breve iria tornar-se Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Sob o manto real português, o Brasil conhecia a sua "Época das Luzes":

"Da Europa foragidas as Ciências,
As belas Artes carinhoso abrigo,
Têm junto ao Paternal, ditoso Trono,
Que em pago aformoseiam".²⁷

Esta estrofe, de uma ode composta no dia em que se anunciou a partida da família real ao Brasil, demonstra o quanto se esperava desta nova era que se inaugurava. Ela foi publicada, já em 1813, nas páginas d'*O Patriota*, publicação mensal que congregava os escritos mais diver-

²⁶ Kenneth Maxwell ressalta que a decisão de transferir a corte ao Brasil não foi imprevista. Segundo ele, "*a esquadra portuguesa estava pronta e o tesouro, os arquivos e o aparelho burocrático estavam a bordo, a postos para a retirada através do Atlântico*". Maxwell, Kenneth. *op.cit.*, p. 382. A própria idéia da transferência não era novidade. D. Rodrigo a propusera em 1803, reafirmando uma tendência dos momentos difíceis verem surgir propostas daquele tipo. Cf. *ibidem*, p. 380.

²⁷ "Ode à partida de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor, de Portugal para o Brasil, feita em Paris aos 5 de janeiro de 1808" in *O Patriota*, "Literatura", n°. 1, jan.1813, p. 73.

sos, de literatura, ciências ou história.²⁸ Revista de existência quase efêmera (apenas dois anos de publicação, com dezoito números), ela foi contudo um importante veículo de idéias ilustradas durante o período joanino de nossa história. "*A atividade d'O Patriota*", conforme Antonio Candido,

"representa porventura a primeira manifestação pública de uma vida intelectual brasileira, voltada para a divulgação das ciências e das letras em benefício do progresso".²⁹

Nas páginas deste periódico, uma miscelânea de assuntos, classificados por seções várias (geografia, literatura, química, mineralogia, estatística, história, navegação, agricultura, política, etc.), concorria para o progresso das Luzes, conformando um projeto nacional ainda difuso, mas vigorosamente ilustrado. A reedição, como exemplo, de poemas de Cláudio Manuel da Costa e de Tomás Antônio Gonzaga, para citar apenas alguns nomes, revela uma preocupação com o reconhecimento de uma tradição local,³⁰ na tentativa de encontrar na nossa história colonial os fundamentos de uma nação, que pouco a pouco perderia os traços de um Império luso-brasileiro para ganhar os contornos firmes da nação independente e civilizada. Para tanto, seria fundamental a atuação dos ilustrados, nos mais variados campos da ciência:

28 *O Patriota*. R.Janeiro, Imprensa Régia, 1813-1814 (três subscrições, janeiro de 1813 a novembro / dezembro de 1814).

29 Souza, Antonio Candido de Mello e. *op.cit.*, v.1, p. 247.

30 "*A publicação das obras de Cláudio e Gonzaga; a colaboração do velho Silva Alvarenga; a divulgação de trabalhos científicos do século anterior, notadamente observações sobre a salubridade do Rio de Janeiro - representam o reconhecimento de uma tradição local e o desejo de estabelecer o vínculo de continuidade entre ela e as manifestações intelectuais dos mais moços*". Idem, *ibidem*, v.1, p. 247.

"Mas instruídos pela física de que os raios do Sol, que dispersos aquecem apenas os corpos duros, juntos em um foco derretem os mais densos metais, os sábios se propuseram a comunicar-se reciprocamente suas luzes, para que da união d'elas resultasse aquele intenso calor, que vencesse a frieza da preguiça, e a dureza da ignorância".³¹

Assim anuncia-se *O Patriota*, na introdução ao seu primeiro número. O projeto ilustrado, já ganhando ares brasileiros, continha uma "missão civilizadora", cujo sucesso garantir-se-ia através da união pragmática dos sábios, em torno do ideal de superação do estado de ignorância e atraso dos colonos. Assim terá sido, também, naquilo que concerne à atividade agrícola. As Luzes, também neste aspecto, deveriam concentrar-se num grande projeto de Ilustração, que as levasse até a obscuridade dos campos, eliminando-a. Do compromisso dos ilustrados com este projeto dependeria o futuro da agricultura brasileira.

³¹ *O Patriota*, nº. 1, jan. 1813, pp. III-IV.

Capítulo II

Uma "Agricultura Ilustrada"

A publicação de ensaios agronômicos, a partir do último quartel do século XVIII, fez-se sob o patrocínio da coroa, conformando, no plano do debate técnico e intelectual, o projeto ilustrado de civilização dos campos, ou aquilo que se pode chamar, com bastante acerto, de uma Ilustração agrícola, ou "agricultura ilustrada".³² Este projeto continua, no campo das ciências, um elemento verdadeiramente revolucionário, se o compararmos aos moldes do ensino jesuítico, que prevalecera até os meados daquele século.³³ O projeto de um horto botânico na Bahia, de um museu natural no Rio de Janeiro, ao lado da criação efetiva do Jardim Botânico daquela cidade e da profusão de publicações científicas voltadas para a agricultura são exemplos deste movimento ilustrado que se gestava, ainda sob a égide do Império português.³⁴

Nome representativo deste movimento em prol do melhoramento da agricultura foi o de Frei José Mariano da Conceição Veloso. Franciscano mineiro, celebrizado pela autoria do então mais completo com-

³² A expressão "agricultura ilustrada", tomamo-la do trabalho do professor Fernando Lourenço. Lourenço, Fernando A. *op.cit.*

³³ Cf. Dias, Maria Odila S. "Aspectos..." *op.cit.*, p. 115.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 115 e pp. 126-130.

pêndio da flora nativa brasileira - a *Flora Fluminense* -, Veloso andou entre a colônia e a metrópole, sempre oscilando entre as pesquisas botânicas e as atividades intelectuais e administrativas.³⁵ Esteve, desde os finais do século XVIII até os inícios do XIX, envolvido com a publicação de inúmeras obras úteis para a Ilustração, através da Tipografia do Arco do Cego (em Lisboa), que por vários anos chefiou. Foi iniciativa sua, por exemplo, a reedição parcial da famosa *Cultura e opulência do Brasil*, de Antonil, no ano de 1801.³⁶

Data de 1798, contudo, o início de uma publicação especialmente importante para a Ilustração agrícola: o *Fazendeiro do Brasil*,³⁷ coleção de memórias agrônômicas, em sua maioria estrangeiras, coligidas e traduzidas pelo próprio Frei Veloso. Os onze volumes do *Fazendeiro do Brasil* não se dirigiam apenas a um público iniciado nas ciências agrárias, mas também e principalmente ao simples fazendeiro dos confins da colônia. Maria Odila Dias refere-se ao fato de que D. Rodrigo Coutinho enviava de Portugal vários exemplares da coleção, para que, junto

³⁵ Sobre a vida e a obra de Frei Veloso, ver Gama, José de Saldanha da. "Biografia do botânico brasileiro José Mariano da Conceição Veloso" in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, XXXI, parte segunda, 1868 e Lagos, Manoel Ferreira. "Elogio Histórico do Padre Mestre Fr. José Mariano da Conceição Veloso" in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, II, 1840 (terceira edição, 1916). Há ainda uma edição da sua *Flora Fluminense* na coleção "Publicações do Arquivo Nacional", 1ª série, vol. 48.

³⁶ Antonil, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. B.Horizonte/S.Paulo, Itatiaia/EdUSP, 1982. Parece-nos extremamente significativa a reedição, embora parcial, daquela obra que fôra originalmente publicada e proibida no mesmo ano de 1711. Significativa de uma vontade ilustrada que fez Frei Veloso reavaliar os termos que determinaram a sua censura e pedir a sua reimpressão parcial. Cf. o seu pedido de licença para edição do texto, *apud* Taunay, Affonso de E. "Antonil e sua obra" in Antonil, A.J. *op.cit.*, pp. 34-35.

³⁷ *Fazendeiro do Brasil* (11 vols.). Lisboa, Régia Oficina Tipográfica e Tipografia do Arco do Cego, 1798-1806.

a outros livros sobre o assunto em pauta, fossem distribuídos pela colônia.³⁸ Nem sempre, porém, a literatura ilustrada sobre agricultura era recebida com entusiasmo. Em carta datada de 1800, o governador da capitania de São Paulo, Melo e Castro, comunicava ao ilustrado ministro português "*a negligência e descuido que tem havido em se cultivar as artes e as ciências*", não havendo

"quem se anime a comprar um só livro, de maneira que muitos dos que se tem espalhado, têm sido dados por mim".³⁹

Os colonos pareciam renitentes em aceitar as Luzes que lhes eram enviadas pelos sábios, através das publicações lisboetas. A sua inadaptabilidade às novas tecnologias produzidas pelo espírito ilustrado aparecia, no discurso de alguns destes intelectuais, como resultante do apego do agricultor comum ao costume arraigado da agricultura extensiva e predatória, como que havendo uma rejeição irracional àquilo que era, na visão ilustrada, a civilização. Mas esta civilização, mesmo em sua versão propriamente técnica, não era um processo simples de captação e veiculação de tecnologia. As peculiaridades do meio físico, a realidade econômica e cultural do ambiente rural brasileiro em sua diversidade, além, é claro, da inescapável condição colonial, podiam revelar os limites de uma modernização imposta.⁴⁰

³⁸ Dias, Maria Odila S. "Aspectos..." *op.cit.*, p. 120, n°. 58.

³⁹ "Ofício de Melo e Castro a D. Rodrigo de Souza Coutinho", de 1800, *apud* Idem, *ibidem*, pp. 158-159, n°. 231.

⁴⁰ Evitamos até aqui uma utilização muito freqüente do termo "modernização" por tratar-se de um vocábulo raramente presente no discurso ilustrado de então. Incorreríamos num anacronismo se simplesmente assimilássemos a idéia da "modernização" aos termos "civilização" e "Luzes", com os quais freqüentemente os ilustrados designavam as suas intenções reformadoras. Por "modernização" entendemos aquilo que Raymundo Faoro chama de "*um traço de linhas duplas: a*

Se os sonhos ilustrados de uma agricultura produtiva e diversificada não correspondiam à realidade dos campos, não era apenas por alguma rejeição "irracional" dos lavradores às modernas técnicas que tal acontecia. Podia ser, pelo contrário, uma atitude exatamente **racional** que presidisse aquela rejeição. Não era uma improvável indolência do trabalhador e do produtor rural, condicionada pelo clima, que deitava por terra os anseios civilizadores da Ilustração agrícola. A falta de receptividade das novas técnicas pode nos revelar, ao contrário, o exercício de uma racionalidade econômica que escapava aos modelos da civilização agrícola, apontando-lhe os seus limites.⁴¹ Ilustrativo é o caso do

linha do paradigma e o risco do país modernizável". Em sua análise sobre a modernização e a questão nacional, ele indica um caminho historicamente almejado pelas elites que se renovam no poder desde a época pombalina, - um caminho que liga o estágio de atraso em que se encontra o país ao paradigma fornecido pelos países que se modernizaram. Do processo de "modernização", contudo, se exclui a sociedade civil, e fica obscurecida a possibilidade da "modernidade", que comprometeria, ao contrário da "modernização", toda a sociedade. Na "modernização" o movimento da sociedade é conduzido por uma elite que dele se beneficia, mas que está indissolivelmente atrelada a uma estrutura econômica que torna inatingível o ideal da modernização. Sendo um processo único, e estando divorciado do ideal de "modernidade", a "modernização" está desde sempre fadada ao fracasso, sendo-lhe "congenial (...) a coação e a repressão". Cf. Faoro, Raymundo. "A questão nacional: a modernização" in *Estudos Avançados*, 6 (14), 1992, pp. 7-22.

⁴¹ Lembre-se aqui, afinal, que a agricultura extensiva e predatória podia ser exatamente **racional** nos quadros de uma economia mercantil oriunda de uma formação colonial como a brasileira. As reflexões de Maria Sylvia de Carvalho Franco, sobre a mentalidade do fazendeiro de café no vale do Paraíba em meados do século XIX, nos podem ser úteis para a compreensão da racionalidade econômica que regeria a produção agrícola no período que estudamos. Trata-se de uma racionalidade onde "o apego irracional ao rotineiro e ao tradicional não pode ser concebido como determinante fundamental da mentalidade e da ação do fazendeiro". Franco, Maria Sylvia de

arado na agricultura paulista. A sua introdução nos campos, intentada pelo governo da capitania desde os tempos do morgado de Mateus, ainda durante a administração pombalina, esbarrou, por muito tempo, na resistência dos fazendeiros em utilizá-lo. Não se terá tratado, contudo, apenas do propalado apego do lavrador aos sistemas de cultivo mais tradicionais e costumeiros.⁴² Pelo contrário, os sesmeiros criticaram o arado inglês que se queria importar e introduzir na lavoura, por julgá-lo muito pesado para os animais daqui e, ademais, impróprio para o solo local, cuja camada fértil limitava-se à superfície do chão. Não se justificava, portanto, revolver a terra em profundidade, como fazia aquele instrumento.⁴³ Era a percepção pragmática da sua inviabilidade que os levava a criticá-lo junto às autoridades. Mas a intenção ilustrada e civilizadora não vacilava diante dessas críticas. Durante o governo de Melo

Carvalho, *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. S. Paulo, Ática, 1974, pp. 178, 218.

⁴² O estudo das medidas administrativas tomadas e discutidas pelo governo colonial em relação aos sistemas de cultivo utilizados pelos colonos pode enriquecer a compreensão das relações entre os produtores rurais e o Estado, contribuindo para a compreensão, também, das relações produtivas que se travavam entre senhores, escravos e homens livres. Contudo, não foi nossa intenção, até aqui, atentar em primeiro plano para a história dos sistemas de cultivo no período, embora este possa ser um campo riquíssimo para futuras pesquisas. Os dados sobre a história das medidas administrativas relativas a este aspecto da realidade agrária apenas nos interessam na medida em que possam ilustrar as intenções dos intelectuais sobre a agricultura, as quais, contudo, conformam o projeto de uma "agricultura ilustrada" mesmo quando não chegam a transformar-se em políticas agrícolas, limitando-se ao discurso ilustrado veiculado pelos cientistas.

⁴³ Cf. Lourenço, Fernando A. *op.cit.*, pp. 3-4. Sobre a histórica inadaptabilidade do arado tradicional às terras tropicais, ver também Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Brasília, Editora da UnB, 1963, nota ao capítulo 2, "Persistência da Lavoura de Tipo Predatório", pp. 51-55.

e Castro, já em fins do século XVIII e inícios do XIX, tentou-se mesmo condicionar a concessão de sesmarias à utilização do arado nas terras cedidas.⁴⁴ A "agricultura ilustrada" não era apenas um projeto tênue que medrava nas mentes dos ilustrados. Por vezes, ela podia transformar-se em políticas agrícolas, como neste caso, quando se tentava forçadamente introduzir o arado na lavoura, em substituição à enxada.

Não terá faltado, contudo, sensibilidade a alguns ilustrados para que percebessem limitações básicas na tecnologia que os modernos agricultores utilizavam em solo europeu e que nem sempre podiam aplicar-se ao solo diferenciado das colônias. Afinal, as novas idéias fervilhavam também no campo da discussão agrícola. Afora a questão do arado, há muitos mais métodos agronômicos e de industrialização dos bens produzidos pela agricultura ou pecuária sendo discutidos, por exemplo, nas páginas de uma publicação como o *Fazendeiro do Brasil*. Dos onze volumes que o compõem, dois são exclusivamente dedicados ao açúcar, tratando do plantio e moagem da cana até o refino do "*sal essencial*"; três são dedicados às "*bebidas alimentosas*" (dois ao café e um ao cacau); um refere-se à obtenção de leite, queijo e manteiga; um outro discorre sobre o "*nil, e da cultura e fabrico do urucu*"; um outro à cultura do cateiro e criação da cochoilha; outro ainda às especiarias; mais outro à "*filatura*", ou seja, ao algodão; um último à cultura e ao comércio do linho cânhamo. Por trás dos escritos eminentemente técnicos, há uma série de considerações sobre a atividade dos produto-

⁴⁴ Cf. Queiroz, Suely Robles Reis de, "Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial" in *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXI, 1967, pp. 160-161. A concessão de sesmarias condicionada pela tecnificação da produção traz à tona, ademais, a questão da propriedade e posse da terra. Entre a política colonial de terras e os intensos e significativos debates sobre a propriedade, que animaram a política do império, existem questões da maior importância, para as quais uma futura pesquisa deve atentar.

res rurais e de sua relação com a terra e com os trabalhadores. São considerações que extravasam os aspectos estritamente agrônômicos e dão indícios daquilo que os autores das "memórias", em sua grande parte senhores de terras de outras colônias européias, idealizavam como uma agricultura civilizada. A utilização do arado, de que falávamos acima, aparece, por exemplo, num artigo de Bryan Edwards constante do primeiro volume do *Fazendeiro do Brasil*:

"(...)o único sistema vantajoso de lavrar terras nas I. Ocidentais é o de abrir regos, o que pode certamente ser executado mais facilmente pelo arado que pela enxada(...)"

Edwards, fazendeiro na Jamaica, sustenta a necessidade da utilização do arado naquelas plagas, mas arremata a sua constatação da vantagem daquele sistema com uma explicação que não é propriamente de ordem tecnológica:

"...e o alívio, que por esse meio se dá aos pretos nas terras duras e secas, é uma cousa muito estimável no espírito de qualquer proprietário humano e providente".⁴⁵

A providência do senhor de escravos aparece aqui somada a razões de ordem econômica. Porém, se atentarmos bem para um possível sentido daquilo que Edwards escrevia, veremos que a benevolência humanitária que ele estima vai a reboque da necessidade técnica da utilização do arado. Tomamos esta passagem como exemplo tão somente para demonstrar o quanto o discurso ilustrado sobre a agricultura, inclusive em sua versão estrangeira, tinha de complexo. Àquele que se

⁴⁵ *Fazendeiro do Brasil*, tomo I, parte I, "Da cultura das canas e fatura do açúcar", 1798, p.16.

detém sobre este discurso, os aspectos tecnológicos, humanos e políticos podem aparecer embaralhados. Aquilo que conta como benignidade do senhor de escravos é também, de modo indissociável, um elemento de ordem econômica. Afinal, *"o alívio, que por esse meio se dá aos pretos"* representaria, também, um acréscimo na produtividade do cultivo.

A época de safra, quando abundam os frutos da colheita, merece deste mesmo autor uma floreada descrição:

"Para dizer em uma palavra, em uma bem regulada lavoura, debaixo da intendência de um diretor humano, e benigno, há em todo tempo de safra tal aparência de saúde, abundância, e contentamento, que grandemente suaviza a dureza da escravidão, e induz o espectador a concluir, que somente uma fantasia exagerada é que representa as misérias da vida humana, como tais, insuportáveis".⁴⁶

A impressão de que, durante a colheita, uma *"fantasia exagerada"* é que via a miséria humana na escravidão, somente pode ser compreendida se abstrairmos por completo o sofrimento do trabalho compulsório. Afinal, à abundância da colheita devia sobrepor-se a abundância do trabalho. São questões que certamente não escapam àqueles que escreviam sobre suas experiências à frente de suas fazendas coloniais, mas que, contudo, permanecem ocultas num discurso que dissimula a dureza da escravidão e pinta um quadro mais ou menos idílico da paisagem tropical.⁴⁷

⁴⁶ Ibidem, p. 34.

⁴⁷ A escravidão é um tema sempre controverso. Havia os que justificavam a sua manutenção, em termos morais, religiosos ou econômicos, e os que simplesmente passavam ao largo de qualquer questionamento sobre aquela instituição. Edwards parece encaixar-se neste segundo tipo. Antonil, ao contrário, tinha sobre os escravos

A existência de inúmeros artigos estrangeiros nas páginas do *Fazendeiro do Brasil* revela que a preocupação com o melhoramento da economia rural aliava-se, nas diretrizes daquela coleção, com a crença no poder das Luzes. M. Dutrone, em artigo transcrito por Frei Veloso, ressalta a receptividade dos trópicos às experiências feitas à luz da ciência:

"Eu comecei em S. Domingos, diz M. Dutrone, um grandíssimo número de experiências sobre o Açúcar, e me vi obrigado a abandoná-las, mas, voltando à Colônia, as repetirei, onde o ar, o calor, a luz, o sol se prestam maravilhosamente a tudo que é possível de fazer com estes Agentes".⁴⁸

O ânimo científico de M. Dutrone o faz um experimentador da cana nos trópicos, uma figura um pouco incomum num ambiente em que aquele gênero agrícola se tinha "*absolutamente abandonado por três Séculos às mãos mais cegas*", sem que sobre ele se tivesse produzido conhecimento algum, além

os maiores cuidados, posto fossem eles, segundo o jesuíta, "*as mãos e os pés do senhor de engenho*". Caberia a este um cuidado todo calculado para não perdê-los, devendo para tanto evitar grandes maldades e dar-lhes apenas o castigo correto, quando o merecessem. Cf. Antonil, J.A. *op.cit.*, pp. 89-92.

⁴⁸ *Fazendeiro do Brasil*, tomo I, parte II, "Da cultura das canas e fatura do açúcar", 1798, p. 370. Os "Agentes" a que se refere Dutrone são "*os princípios mais remotos do Açúcar(...) M. Lavoisier, guiado pelas suas experiências, nos diz que os princípios mais remotos do Açúcar são o hidrogênio, o oxigênio, o carvão [carbono]*". Ibidem, p. 370.

"...de algumas historietas acerca desta planta, infinitamente preciosa, e [sem que se escrevesse] nada sobre a arte importantíssima de a cultivar, de se lhe extrair o sal essencial: se é que se deve dar o nome de arte a meios muito mal entendidos, e desordenados, estabelecidos pelo acaso, e consagrados pelo costume, e pela ignorância".⁴⁹

Aqui, como era bastante comum no discurso ilustrado sobre a agricultura, as Luzes mais uma vez eram obstadas pela intransponível barreira do costume e da ignorância. Mas, também mais uma vez, o espírito ilustrado não se detinha diante de tais obstáculos. A finalidade de uma publicação como o *Fazendeiro do Brasil* era, de forma patente, a promoção de novas técnicas de cultivo em solo brasileiro:

"(...) se hoje, à vista do que têm praticado as Nações que possuem Colônias entre os trópicos, tardássemos em seguir os passos dos antigos, e o exemplo dos vizinhos, certamente seríamos censurados de insensíveis".⁵⁰

Assim se refere Frei Veloso, na introdução do volume dedicado às especiarias, à necessidade de superar-se o retardo português em face das outras nações que colonizavam os trópicos. Mas esta tarefa, de alçar o Reino de Portugal a uma posição de destaque no cenário internacional, era de grande monta. Tratava-se de uma tarefa que dependia em grande parte da política ilustrada da coroa, mas que esbarrava, na colônia, nos seus habitantes, apegados a costumes seculares. Assim pensavam muitos dos ilustrados.

⁴⁹ Ibidem, pp. 266-268.

⁵⁰ *Fazendeiro do Brasil*, tomo IV, parte I, "Especiarias", 1805, int. s.p.

Prefaciando um volume do *Fazendeiro do Brasil*, Veloso tece longos elogios à vontade ilustrada do Soberano português, mas reclama dos primeiros colonos, acusando-os de inertes:

"Eu não seria digno do honroso encargo, de que em o Augusto nome de V.A.R. fui incumbido, se, à vista do ardor, e grandeza, com que V.A. anima, e promove o adiantamento, e melhoramento da Economia rural, e fábricas do seu Brasilico Principado, não declamasse contra a inércia, que entorpeceu os primitivos Colonos(...)"

Segue-se a este trecho, que introduz o volume do *Fazendeiro do Brasil* dedicado à cultura do anil, um outro, em que o freire reclama de alguns magistrados e dos "primitivos colonos" o não terem percebido as vantagens que adviriam daquela planta (do anil), dizendo ser

"imperdoável, que, havendo-a em tanta abundância, e derivando-se para eles os conhecimentos, que tiveram os primitivos inquilinos do Brasil, apesar da sua rusticidade, assim a respeito da sua existência, como do seu préstimo de tingir(...), houvessem de fechar de propósito os olhos, para não verem os vantajosos partidos, que poderiam tirar da sua cultura pela extração da sua colorante fécula, privando por esta razão futuros Colonos, e a indústria Nacional dos socorros, que lhes deveriam deixar".⁵¹

A preocupação de Veloso, bem se terá notado, está relacionada ao fato de que, desde os primeiros tempos da colonização agrícola, teriam os colonos negligenciado as chances que a natureza e mesmo as técnicas agrícolas nativas lhes forneciam. Se não "*houvessem de fechar de propósito os olhos*", teríamos uma agricultura mais eficiente e diversifi-

⁵¹ *Fazendeiro do Brasil*, tomo II, parte I, "Tinturaria", 1806, int. s.p.

cada. Em seu discurso, os colonos aparecem quase como empecilhos à civilização, que em seu ideário incluía a diversificação das culturas agrícolas. A *"inércia"* parecia marcar uma atitude de torpor frente às novidades. Um torpor que impossibilitaria vicejar em solo brasileiro uma agricultura pujante e realmente civilizada.⁵²

Era sobretudo uma intenção ilustrada que levava intelectuais como Frei Veloso a escreverem suas obras. A consciência de seu papel na civilização os fazia sentir-se responsáveis pela Ilustração do país. Ainda que se ativesse à idéia de um Império luso-brasileiro, como a subserviência do seu discurso sugere, o freire botânico participava da gestação de uma consciência nacional, porque era também uma nação, embora transcontinental, que se estava a pensar. As atitudes e intentos ilustrados articulavam-se organicamente, não sem contradições, no ideal da nação civilizada. Este papel preponderante do intelectual, postado como agente civilizador, perpetuar-se-ia numa postura que persiste até hoje,

⁵² Lembramos aqui as fecundas considerações de Sérgio Buarque de Holanda sobre a inexistência, entre nós, de uma *"civilização agrícola"*. Ao contrário de Frei Veloso, que atribuía a ineficiência do trabalho agrícola ao lavrador indolente e cego (incapaz de enxergar as Luzes), Sérgio Buarque atribui o atraso técnico da agricultura, entre outros fatores, ao *"gênio aventureiro"* que trouxe o português à América, e que marca um tipo de ocupação espacial também aventureira, onde o trabalho de longo prazo com a terra não vale tanto quanto o prêmio vultoso e imediato das atividades exploradoras. O trabalho cioso com a terra não teria, segundo esta interpretação, vingado em solo colonial. Holanda, Sérgio B. *Raízes... op.cit.*, cap. 2, pp. 17-49. Seria um anacronismo cobrar de Sérgio Buarque o excessivo peso que ele dá à herança ibérica em nossa formação social. Hoje, visto este ensaio com a perspectiva dos seus sessenta anos, parecem claras as suas limitações. Contudo, não esqueçamos o contexto específico em que foi produzido, e a proposta política que lhe é subjacente. Seria um equívoco, portanto, assumir acriticamente as suas conclusões e proposições. Mas, uma vez feita a ressalva, percebemos o quão fecundas são as suas considerações, mesmo hoje, para todos aqueles que se preocupam com a nossa formação agrária.

colocando-o em destaque na sociedade. Esta talvez seja mais uma das heranças que possuímos daquele tempo.⁵³

Mas nem só o chamado Império luso-brasileiro mobilizava os intelectuais em torno do ideal de uma nação civilizada, possuidora de uma agricultura tecnificada e diversificada. A transferência da corte ao Brasil, já em 1808, possibilitou o desenvolvimento da imprensa em território colonial, e com ela surgiram periódicos e publicações que também se comprometiam com o melhoramento da sua economia rural. A agricultura extensiva e predatória, que desde meados do século XVIII incomodava os dirigentes mais esclarecidos, incomodava agora todos aqueles que se preocupavam com as questões do campo. E o número destes crescera. A chamada "geração de 1790", integrada pelos jovens brasileiros que foram à Europa estudar, já estava madura nesta época.⁵⁴ Ainda que em geral mantivessem uma postura política cautelosa, ignorando, ao menos aparentemente, a possibilidade da independência política, estes ilustrados brasileiros cada vez mais se aproximavam das questões locais, transformando o Brasil no centro de suas pesquisas e de suas reflexões científicas, artísticas e mesmo políticas.⁵⁵ José Bonifácio

⁵³ Sobre o papel do intelectual no período e a sua posição ao mesmo tempo destacada do resto da sociedade (que lhe vale uma "*jactância*" peculiar) e engajada profundamente num projeto social, ver Souza, Antonio Candido de Mello e. *op.cit.*, vol.1, cap. 7 ("Promoção das Luzes").

⁵⁴ Sobre a geração de brasileiros que a partir da última década do século XVIII foram estudar na Europa, ver Dias, Maria Odila S. "Aspectos..." *op.cit.* e Maxwell, Kenneth. *op.cit.*, especialmente o item "A geração de 1790 e a ideia de império luso-brasileiro", pp. 373-382.

⁵⁵ Maria Odila Dias nota, sobre estes cautelosos brasileiros: "(...) *Aspecto curioso, produto em parte do fato de participarem dos ensaios de renovação patrocinados pela Coroa e também de sua formação no Antigo Regime, é que, embora conscientes de ser indispensável transformar e adaptar as receitas européias aos problemas brasileiros, muito diferentes dos que assolavam a Metrópole, - não pensavam em independência e*

é um caso sintomático, de um cientista inicialmente desafeito à idéia da emancipação política brasileira, e que apenas às vésperas da independência assumiria uma postura emancipacionista.⁵⁶ Não obstante a cautela política dos primeiros tempos, o trabalho científico deste ilustrado mineralogista visava o progresso não apenas de Portugal, mas também do "novo Portugal" onde nascera. Em carta de 18 de maio de 1820, ao desembargador e amigo Tomás Antônio de Vilanova Portugal, José Bonifácio revela o desejo de ver nascer uma universidade de ciências naturais em São Paulo:

"Não vejo embaraço que obste a que V. Exa. possa realizar a sua belíssima idéia de uma Universidade parcial de Ciências Naturais, já que o mau fado que persegue o Brasil não consente por ora cuidar em Universidade geral.(...) Apesar de estar doente, velho e já cansado de lutar com tolos e malvados, eu estava pronto de votar ainda oito anos de vida para a criação da nova Universidade de São Paulo, para cuja dotação ofereceria a minha livreria e coleções, porque assentava ser esta empresa digna do Ótimo Rei que nos governa, digna de V. Exa. e digna do meu nome e reputação Européia; para menos não sacrifico a minha vida e o meu descanso. Estou pronto, contudo, de trabalhar na minha banca de jaleco e calças nos

separação. (...) Viam o atraso do Brasil e de Portugal em relação ao mundo moderno e queriam começar reformando Portugal". Dias, Maria Odila S. "Aspectos..." op.cit., pp. 146-147.

⁵⁶ Cf. Costa, Emília Viotti da. "José Bonifácio: homem e mito" in Mota, Carlos G. (org.). *1822: Dimensões*. S.Paulo, Perspectiva, 1972, pp. 102-159.

Monografia, Campinas, 4(5):1-72, 1994

Estatutos da sua Universidade parcial e até de dizer o meu parecer na escolha dos novos professores".⁵⁷

Interessava-lhe portanto a Ilustração do Brasil e, na ausência de condições para a criação de uma "Universidade Geral", a "Universidade parcial de Ciências Naturais" seria já suficiente para que ele se despojasse dos preciosos livros que possuía e se dedicasse com ardor àquela empreitada. A civilização por que José Bonifácio propugnava referia-se então especialmente ao Brasil. E no terreno da agricultura, a que não era alheio o futuro patriarca, também os interesses civilizadores estariam indissociavelmente atrelados às questões locais.

O Patriota possuía também preocupações com a agricultura. A cada número, somavam-se às demais matérias algumas memórias agronômicas, trazidas a público por amantes da botânica. Na maioria dos casos, um espírito ilustrado de incitamento à utilização dos novos métodos de plantio acompanhava as ilações botânicas do autor. Como no número 3, de setembro de 1813, no qual Domingos Borges de Barros discorre sobre um método utilizado pelos "Chins" para a propagação de árvores frutíferas, interessando-lhe especialmente que ele fosse realmente tentado pelos lavradores que o lessem:

"(...) podendo o método, que publico, vir a ser um meio de aumentar não só as árvores frutíferas, mas as de construção &c., torno a recomendar aos lavradores, às mãos dos quais esta notícia chegar, que comigo o ponham em prática, e aos homens de gosto, que sabem dar o apreço devido a um pomar,

⁵⁷ Silva, José Bonifácio de A. Carta de 18 de maio de 1820, in Vianna, Hélio. "Correspondência de José Bonifácio" (1810-1820) in Separata do n.º. 55 da *Revista de História*, 1963, p. 236.

a um bosque, e à vista de um disser que Pomona alegre, que o publiquem e incitem".⁵⁸

Pode-se perceber, a partir de passagens como esta, o objetivo precípua da Ilustração veiculada nas páginas d'*O Patriota*: tratava-se de escrever ao lavrador para esclarecê-lo. Uma publicação deste tipo poderia, ademais, trazer-lhe as Luzes mediante a conjunção dos vários assuntos e a riqueza da multiplicidade presente naquele periódico. Importava, então, contribuir para a Ilustração de todos os brasileiros, ou ao menos os amantes da sua pátria e os letrados. Este o espírito, nos parece, daquela publicação. Espírito mantido aceso, por muitos anos ainda, entre os ilustrados, todos eles de alguma forma preocupados com o futuro da agricultura brasileira.

⁵⁸ *O Patriota*, nº. 3, set/1813, "Agricultura", p. 23.

Capítulo III

A AGRICULTURA E A NAÇÃO ILUSTRADA

A preocupação dos ilustrados com a agricultura não se explica apenas pelo seu aguçado espírito científico e pela inesgotável curiosidade que costuma mover os homens de ciência. As causas de um "renascimento agrícola" a partir de meados do século XVIII podem ser encontradas também nas motivações econômicas que possibilitaram aquele renascimento e que condicionaram a emergência de uma aguda consciência quanto ao estado lastimoso da agricultura brasileira. Este "renascimento agrícola" pode ser melhor compreendido se levarmos em conta a decadência da mineração, que por longos anos ocupou os melhores esforços dos agentes econômicos coloniais:

"Tal contraste entre a decadência da mineração e o progresso das atividades rurais se reflete nas discussões da época; é sensível nelas o prestígio da agricultura, e crescente a descrença na mineração. O balanço entre ambas é quase unânime em favor da primeira. Somente dela esperavam-se resultados sérios e um futuro promissor. O país acordara finalmente do seu longo sonho de metais e pedras preciosas..."⁵⁹

⁵⁹ Prado Jr., Caio. *História econômica do Brasil*. S. Paulo, Brasiliense, 1970, p. 85.

O esgotamento da produção aurífera das datas (nome dado às propriedades de mineração)⁶⁰ das Minas Gerais marca uma expansão das atividades agrícolas, impulsionada ademais por uma política econômica que, como já discurremos acima, procurava reagir às profundas alterações na ordem econômica internacional. Somente explorando eficientemente o potencial agrícola de sua colônia americana Portugal poderia alçar-se economicamente entre as nações mais ricas do mundo. Frei Veloso, no prefácio do volume do *Fazendeiro do Brasil* dedicado ao café, lembra da importância de seguir-se novos sistemas de plantio, em especial um novo método de cultivo daquela planta, proposto por um fazendeiro de S. Domingos:

"Abraçado este sistema, fazendo-se em regra todas as plantações, e Culturas, ainda de todos os outros objetos, que em razão do Clima e terreno, são privativos da lavra Brasiliana, e das terras do Sol, não só se verá exterminada a grosseria, e estragado gosto, com que até agora se tem cultivado, como também serão ótimos os seus frutos, ricas as suas colheitas, e transformados os nossos planos, lombas, e encostas dos nossos montes, em úteis florestas(...). A Nação erguerá sem dúvida a sua cabeça sobranceira, entre as outras, fixando nelas os olhos com firmeza, saldará as suas contas, e emendará os erros econômicos cometidos, há cem anos, pela extração do seu ouro".⁶¹

O soerguimento da nação portuguesa parecia depender do crescimento da economia rural na colônia. Este crescimento, segundo muitos ilustrados, dependeria por sua vez do abandono das atividades minera-

⁶⁰ Cf. Idem, *ibidem*, p. 57.

⁶¹ *Fazendeiro do Brasil*, tomo III, parte II, "Bebidas alimentosas", 1799, int. pp. VIII-X.

doras, que muito prejudicialmente se vinham arrastando desde meados do século XVIII, quando começaram a decair:

"(...)os rápidos progressos que vai fazendo de dia em dia a agricultura no Brasil, faz ver a todas as luzes que, à proporção que as minas do ouro se vão acabando, ela se vai adiantando mais e mais e que logo que aquelas minas totalmente se extinguirem, ela, já livre e desembaraçada desta sanguessuga que tantos braços lhe chupa, chegará enfim ao seu maior aumento e perfeição".⁶²

Às oportunidades de abundância de mão-de-obra, que Azeredo Coutinho atribuíra à decadência das minas, deveriam somar-se, contudo, iniciativas de exploração científica das potencialidades econômicas da colônia. O espírito ilustrado aqui se fazia sentir de forma inconteste e os párocos, que na visão do bispo de forma alguma poderiam estar alheios a este espírito, deveriam eles mesmos fazer as vezes de descobridores daquelas potencialidades. Porque, não deixaria de frisar Azeredo Coutinho, eram eles quem melhor conhecia a população e, com ela, os segredos das suas ervas e das suas plantas, muitas das quais poderiam revelar-se de extrema utilidade para o progresso do comércio do Reino. A Ilustração dos párocos demonstra, além disso, a preocupação com a disseminação de um espírito científico, somente a qual garantiria aquele progresso:

"Quando o habitante dos sertões e das brenhas for filósofo, quando o filósofo for habitante das brenhas e dos sertões, ter-se-á achado o homem próprio para a grande empresa das descobertas da natureza e dos seus tesouros; o ministro da reli-

⁶² Coutinho, J.J. de Azeredo. "Discurso sobre o estado atual das minas do Brasil" [1804] in *op.cit.*, pp. 201-202.

gião, o pároco do sertão e das brenhas, sábio e instruído nas ciências naturais é o homem que se deseja".⁶³

O pragmatismo — traço marcante da intelectualidade brasileira — se faz sentir quando percebemos, no discurso de Azeredo Coutinho, uma especial preocupação com a disseminação das Luzes. Se tal disseminação seria levada a cabo por religiosos ou não, isto depende daquele que se pronuncia. Mas o fundamental aqui é o traço pragmático, comum a todos os ilustrados, religiosos ou não. A ciência, com seu poder iluminador, impunha até mesmo aos prelados uma atitude de extrema atenção aos problemas terrenos. A "oratória abstrata" de nada valia frente à ciência.⁶⁴

A nação era pensada. Ciência, pragmatismo e civilização eram os termos por meio dos quais se o fazia. A agricultura surge assim como um ponto importante na agenda da civilização. A nação ilustrada, dona de uma agricultura não menos ilustrada, ganhava, ao ser imaginada, contornos mais firmes, graças ao compromisso dos ilustrados com um projeto nacional. De início, já se viu, tal projeto configurava apenas uma grande nação transcontinental. Mas, de forma cada vez mais clara, o sentimento patriótico que parecia animar o projeto nacional ia se tornando mais brasileiro. Nas páginas d'*O Patriota* de abril de 1813, um ilustrado brasileiro assim se pronuncia:

⁶³ Idem, *ibidem*, p. 212.

⁶⁴ José Saldanha da Gama, numa biografia de Frei Veloso, lhe enaltece as "lucubrações(...)em prol da fitologia brasileira" e observa que isto se teria conseguido "somente desenvolvendo o amor pela ciência, mostrando-se incessantemente o seu lado útil, e garantindo a vida espinhosa e sem ruídos do naturalista contra os efeitos negativos da oratória abstrata!..." Gama, José de Saldanha. *Biografia e apreciação dos trabalhos do botânico brasileiro Frei José Mariano da Conceição Veloso*. R Janeiro, Tip. de Pinheiro &c., 1869, p. 8.

"Veio-me c'o a razão o amor da Pátria,
Aquele enobrecendo, este incitando
O estudo: vereda encontrar busco,
Que aos desejos, em que ardo, me encaminhe:
Nas plagas de Cabral, meu pátrio ninho,
Tão louçã, quanto inculta, a natureza
Admiro absorto(...)".⁶⁵

O pragmatismo da missão ilustrada parecia surgir da confluência da razão e do amor ao solo pátrio. Domingos Borges de Barros escreveu estes versos, em Paris, aos dezessete de agosto de 1810, em resposta à ode que lhe era remetida de Versailles por Filinto Elysio (pseudônimo árcade de Francisco Manoel Nascimento). A carta foi publicada na seção "Literatura" daquele periódico. O ecletismo dos ilustrados, de que nos parece prova irrefragável a colaboração de Borges de Barros em seções tão diferentes da mesma publicação ("Agricultura" e "Literatura"), somado ao pragmatismo que lhes norteava as ações, dão as linhas de uma atitude intelectual brasileira. Poetar, ademais, era quase uma exigência que lhes fazia a moda do tempo. Muitos deles, com seus pseudônimos, fizeram poesias. José Bonifácio, por exemplo, comporia extensos poemas no exílio. Não nos importa tanto a qualidade destas poesias (que a crítica literária de Antonio Candido reclama inconstante, muitas vezes inexistente nos primórdios da formação da nossa literatura),⁶⁶ mas sim o que elas podem

⁶⁵ *O Patriota*, n.4, abr/1813, "Literatura", p. 5.

⁶⁶ Antonio Candido ressalta a presença do "mau gosto" e dos muitos versos ruins na formação da nossa literatura. Domingos Borges de Barros e José Bonifácio são dois exemplos recorrentes nesta área. A tese de Antonio Candido é de que o compromisso pragmático de fundar uma literatura verdadeiramente brasileira incorreu na ineficácia estética das muitas obras ruins dos primeiros tempos do nosso sistema literário. Sobre isso, ver Souza, Antonio Candido de Mello e. *op.cit.*, vol. 1.

revelar das idéias de seus autores. Tudo o que produziam trazia a marca de um patriotismo, que muito zelosamente deixavam transparecer. A construção imaginosa da nação não prescindia, afinal, de um sentimento patriótico, a ser expressado inclusive esteticamente. Temos à nossa frente uma complexa construção de significados em torno da nação, que não nascia apenas das contingências econômicas e internacionais, mas também do exercício imaginativo sobre o Brasil.⁶⁷

Os ilustrados brasileiros tentavam dar conta dos problemas práticos que afligiam a colônia. Mas, ao fazê-lo, lançavam mão de idéias as mais diversas, realizando um exercício intelectual complexo, com o qual saíam do circuito das necessidades práticas e se lançavam no terreno incerto e confuso das idéias do tempo. Parece-nos inegável o fluxo externo de idéias que alimentou as reflexões ilustradas sobre o Brasil. A influência da Ilustração européia, com seus ideais de progresso e de labor, é uma realidade com a qual conviveram todos os intelectuais daquela época. Porém, estas idéias ilustradas, com sua valorização do conhecimento, encontraram sérias resistências num âmbito local. Tais resistências, longe de configurarem alguma "má-vontade" nativa para com as referências ideológicas européias, podem revelar a peculiaridade do ambiente cultural brasileiro, que não recebia de pronto, sem algum efeito de deslocamento, aquelas idéias. Afinal, entre a teoria de feição européia e sua recriação na colônia não existia apenas o oceano. O reordenamento dos ideais da Ilustração em paragens tropicais não deve

⁶⁷ A própria civilização, compreendida como processo necessário para equiparar Portugal (e posteriormente o Império brasileiro) às nações mais ricas do globo, é fruto, também, de uma idealização coletiva, advinda da construção de significados em torno das idéias do "moderno" e do "atrasado". Esta construção de significados nos remete a uma análise do discurso, para cuja realização não possuímos competência. Porém, fica registrada a possibilidade, para futuras pesquisas, de uma análise deste tipo, incidindo sobre o discurso ilustrado sobre a agricultura num período pré-independência.

ser encarado como uma descaracterização; trata-se antes de uma recharacterização, balizada nas necessidades práticas que a paisagem local exibía aos nossos ilustrados.

A junção entre idéias do tempo e uma paisagem colonial que absolutamente não se coadunava com ideias de liberdade e justiça burguesas pode resultar num desconcerto mais ou menos flagrante. Roberto Schwarz é aqui o mestre, quando tocamos nos meandros deste desconcerto. A sua crítica a uma obra de Machado de Assis⁶⁸ traz constantes referências a variáveis "extra-literárias", mediante as quais se poderia perceber com sucesso a riqueza estética e o sentido sociológico subjacentes ao texto machadiano. Não é nosso objetivo aqui adentrar no terreno da crítica literária. Nos atemos apenas a esses aspectos "extra-literários" que Schwarz vê entranhados, como solução artística de um mestre, no estilo do *Brás Cubas* de Machado.

O "desconcerto" de que se fala se explica pela combinação algo insólita de elementos díspares, como o são, por exemplo, a escravidão e o liberalismo. Combinação em princípio impossível, mas que o ambiente brasileiro se encarregava de viabilizar. O mal-estar com relação às questões da escravatura animaria, de certa forma, os debates que se estenderiam ainda pelo século XIX adentro, já no contexto da independência política. Mas para o período ao qual nos referimos o que importa perceber, seguindo a pista de Schwarz, é sobretudo o caráter universal das junções inusitadas entre aquilo que, à primeira vista, se poderia chamar de "moderno" e de "arcaico":

"(...) Assim, a ligação do país à ordem revolucionada do capital e das liberdades civis não só não mudava os modos **atrassados** de produzir, como os confirmava e promovia na prática,

⁶⁸ Schwarz, Roberto. *Um mestre... op.cit.*

fundando neles uma evolução com pressupostos **modernos**, o que naturalmente mostrava o progresso por um flanco inesperado."⁶⁹

Temos visto até aqui a distância entre a situação lastimosa da agricultura brasileira e as novas idéias ilustradas, inspiradas sempre, em maior ou menor grau, na experiência agrícola dos países europeus mais modernizados. A referência constante à Europa denota a influência estrangeira não apenas como linha paradigmática do "moderno", mas, se atentarmos bem, pode revelar um verdadeiro diálogo intelectual entre os ilustrados daqui e a ciência que queriam promover e ver aplicada. Ou seja — voltamos a frisar — não se trata de simples afluxo de idéias, mas de uma recriação, que podia, nas palavras de Schwarz, "*mostrar o progresso por um flanco inesperado*". O baralhamento entre elementos "arcaicos" e "modernos", gerador dos "desconcertos" que o crítico explora, dá uma idéia da riqueza da experiência intelectual brasileira. A nossa ilustração via sem dúvida a distância entre os campos cultivados pelos escravos e os ideais de liberdade burgueses. Mas nem por isso a realidade se alterava. Como vimos, a abolição sequer parecia uma empresa factível ou desejável à maioria dos olhos ilustrados. O passado escravista mais que nunca vigorava.

Vê-se desde logo o alcance planetário de nossa situação intelectual naqueles tempos. Os ilustrados dialogavam com o Ocidente e com a própria Ilustração. Reordenavam o sentido das idéias estrangeiras, tornando-as idéias próprias do seu tempo, ainda que isso exigisse, por vezes, um certo exercício de recriação que, seguindo o argumento de Schwarz, tinha algo de arbitrário. A "lepidez ideológica"⁷⁰ de nossas

⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 37.

⁷⁰ Idem, "As idéias..." *op.cit.*, p. 158.

elites, que o crítico detecta na "volubilidade" do pseudonarrador machadiano,⁷¹ revelaria um certo "descompromisso" — próprio da classe dominante brasileira — com os de baixo e mesmo com as normas burguesas.⁷² Daí surgem os desconcertos das combinações locais. Esta relativa "irresponsabilidade" para com as normas parece ser o eixo do argumento do crítico. Contudo, pensamos que aqui nos teremos limitado a apenas uma das pistas deixadas por ele, a de que, afinal, somente compreenderemos a dialética destas idas e vindas de idéias, se levarmos em conta o pano de fundo de toda essa história, que é a própria ordem mundial do capital, de que a experiência local, em sua diversidade, é apenas um exemplo. Não resultaria em sucesso, assim, remetermo-nos para a análise de idéias que vicejaram em solo brasileiro sem compreendê-las dentro de sua própria e contraditória produção, o que nos remete a um quadro extremamente complexo, de caráter global.

Por fim, resta recordar que o discurso ilustrado sobre a agricultura responde, ele também, a esta dialética que apenas apontamos. O melhoramento do cultivo agrícola e a adaptação de novos sistemas de trabalho são temas locais, que afligiam os nossos ilustrados, mas que são, ao mesmo tempo, tema universal. Não apenas porque se discutisse o avanço tecnológico da agricultura por todos os quadrantes do globo, mas sobretudo porque a própria reflexão sobre os campos era um exercício intelectual que trazia para a ordem do dia (dos ilustrados, veja-se bem) questões e idéias universais. Afinal, o alcance planetário destas idéias tinha como contrapartida o alcance planetário da percepção mesma que os intelectuais brasileiros e luso-brasileiros tinham da realidade local e das idéias do tempo. Podia ser que, através do discurso agrícola, estivessem falando não apenas da agricultura, mas também da

⁷¹ Cf. Idem. *Um mestre... op.cit.*

⁷² Idem, *ibidem*, p. 70.

condição colonial, que somente se compreende, como já visto, quando referida ao conjunto do sistema capitalista. Podia ser, também - e esperamos tê-lo apontado -, que estivessem falando da própria nação, que se constituía, de forma penosa, em meio a um mundo que se transformava vertiginosamente.

A esta altura - o leitor terá já percebido - chegamos a um ponto de inflexão, quando a análise deveria continuar, com base em mais e mais dados. Contudo, finalizamos o trabalho, restando a sensação de que somente o estudo aprofundado destes temas poderá fazer-nos compreender melhor a formação da "nação brasileira", incluindo aí uma correlata "consciência nacional", que talvez possa trazer alguma luz para o entendimento das várias "identidades" que o Brasil foi adquirindo e vai recriando diuturnamente. Pois, compreendê-las é uma tarefa que se nos impõe hoje.

Conclusão

A derrota da ilustração

Somente compreenderemos a Ilustração agrícola, como projeto intelectual elaborado desde tempos coloniais, se atentarmos para os anseios civilizadores dos seus prepostos, mas não apenas naquilo que se refere estritamente à agricultura. Os escritos que compõem o discurso ilustrado sobre os campos deixam entrever algo mais que a idealizada civilização agrícola. É também da nação que estavam falando aqueles homens, mesmo quando escreviam voltados para apenas um de seus aspectos, qual seja, a agricultura. Eram os valores da Ilustração que estavam em jogo. Mas também lhes importavam os valores que os ligavam à realidade política, social e cultural local. Idealizar a nação, como faziam os ilustrados desde o fim do século XVIII, era confrontar o ideário das Luzes com a nem sempre tão luminosa realidade local (uma imensa massa de iletrados não era, por certo, o ideal para que se iniciasse a civilização). Nos campos, as modernas técnicas propugnadas por eles teriam de conviver, se vitoriosa a tecnificação, com uma instituição **aparentemente** tão desafeita à civilização como a escravidão⁷³.

⁷³ Impossível aqui deixar de lembrar Marx, quando, n'*O Capital*, refere-se à escravidão colonial como um elemento necessário para a acumulação primitiva de capitais na Europa: "*A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfunamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça*

Embora houvesse desde então idéias abolicionistas, venceram aqueles que se utilizavam do trabalho compulsório dos negros. O Império brasileiro seria fundado na terceira década do século XIX sem que a escravidão fosse abolida, cedendo espaço a novas formas de exploração da mão-de-obra.

A derrota da Ilustração agrícola, com a persistência de métodos arcaicos de cultivo e com a permanência do estado de infracidadania para a maioria da população rural, não diminui a sua importância como conformadora, ainda que não exclusiva, de uma determinada consciência nacional⁷⁴. A presença dos ilustrados como agentes de uma civilização que não vingou tampouco os torna totalmente derrotados. Mas o estudo do discurso ilustrado sobre a agricultura pode mostrar-nos, a partir da diversidade que o caracteriza, que os limites da civilização não se encontravam apenas na falta de receptividade dos agricultores às novas idéias. Os seus limites estavam também na precariedade da nossa

comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva(...)". Marx, K. *O Capital: crítica da economia política*. S.Paulo, Nova Cultural, 1988, vol. 1, livro primeiro, tomo 2, p. 275. A ironia cruel que vê o idílio nas atividades sangrentas dos colonizadores pode revelar, por paradoxal que pareça, a contemporaneidade e sobretudo a "modernidade" da escravidão como impulsionadora do sistema colonial e portanto da acumulação primitiva de capitais que permitiria à Europa alcançar um estágio de "civilização".

⁷⁴ Seria um equívoco afirmar que apenas os ilustrados tiveram a sua participação na construção imaginosa da nação. Hobsbawm considera serem as nações "*fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos de suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas*". Hobsbawm, Eric J. *op.cit.*, pp. 19-20.

Ilustração, composta por homens que, mesmo postando-se como agentes civilizadores, não podiam eximir-se da sua condição de brasileiros, confrontados com as iniquidades que grassavam pelos campos, mas inescapavelmente dependentes delas. Eram eles, afinal, filhos dos senhores coloniais; o que lhes possibilitou ir à Europa não foram apenas os novos ares que sopraram pela colônia a partir do advento do pombalismo, mas também o fato de que eram membros de uma elite econômica e social, e que assim, e somente nesta condição, podiam participar da civilização como agentes, e não mais como simples receptores das ordens metropolitanas. A gestação de um difuso projeto nacional, que se inicia com a "geração de 1790", tinha suas raízes na própria realidade que era criticada, e o seu desenvolvimento, atrelado a ela. A civilização podia ser, na mente dos ilustrados, a antítese daquela realidade. Mas na prática política e social, a conciliação das Luzes com a obscuridade dos campos revelaria o compromisso, por paradoxal que possa parecer, daqueles intelectuais com o sistema que eles gostariam de um dia ver desaparecer.

Estas imbricações, que ligam o projeto ilustrado ao seu inevitável fracasso, podem revelar-nos não apenas os limites de um projeto nacional, mas, talvez, a impossibilidade do sucesso de qualquer projeto que não contenha, ao menos em germe, as raízes de uma profunda perversão da ordem social estabelecida. A título de conclusão, lembramos uma passagem esclarecedora de Caio Prado Jr. na sua *História econômica do Brasil*:

"...o que nos cabe concluir é que o baixo nível técnico das nossas atividades agrárias e as conseqüências que teria, não se devem atribuir unicamente à incapacidade do colono. Em muitos casos, nos mais importantes mesmo, ele não podia fazer melhor. Poderia, é certo, acompanhar os seus concorrentes

de outras colônias, atingir o seu padrão bastante superior. Mas seria pouco ainda. O mal era mais profundo. Estava no próprio sistema, um sistema de agricultura extensiva que desbaratava com mãos pródigas uma riqueza que não podia repor. E com esta consideração, se de um lado desculpamos a colonização, doutro a culpamos muito mais. Porque o problema se torna muito mais difícil. Se não era simples educar os colonos e a população em geral para que pudessem aperfeiçoar e melhorar sua técnica, muito mais custoso será modificar um sistema, o que exigiria reformas profundas, econômicas e quiçá sociais”⁷⁵

⁷⁵ Prado Jr., Caio, *op.cit.*, p. 92.

BIBLIOGRAFIA

- ARANTES, Paulo Eduardo, *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. S. Paulo, Paz e Terra, 1992.
- BOSI, Alfredo, *Dialética da Colonização*. S. Paulo, Cia. das Letras, 1992.
- _____, "O tempo e os tempos" in Novaes, Adauto (org.) *Tempo e História*. S. Paulo, Cia. das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- BROLEZZI, Renato, *A construção da realidade: Sílvio Romero e a busca da identidade nacional*. Campinas, IFCH, 1991. ("Monografia", ano I, nº 2).
- BURNS, E. Bradford, "O Iluminismo em duas bibliotecas do Brasil Colônia" in separata de *Universitas*, nºs. 8/9, jan/ago 1971.
- COSTA, Emília Viotti da, "José Bonifácio: homem e mito" in Mota, Carlos G. (org.). *1822: Dimensões*. S. Paulo, Perspectiva, 1972.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira, "Nação, um lugar comum" in *Pátria Amada Esquartejada*. S. Paulo, Secretaria Municipal de Cultura /Departamento do Patrimônio Histórico, 1992, série "Registros", nº.15.
- DIAS, Maria Odila S., "Aspectos da Ilustração no Brasil" in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n.278, jan/mar 1968.
- _____, "A interiorização da metrópole (1808-1853)" in Mota, Carlos G. (org.). *1822: Dimensões*. S. Paulo, Perspectiva, 1972.
- EISENBERG, Peter L., *Homens Esquecidos*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1989.
- FALCON, Francisco., "Luzes e Revolução na Colônia" in *Estudos Avançados*, v. 2 nº.2, mai-ago/1988.

- FAORO, Raymundo., "A questão nacional: a modernização" in *Estudos Avançados*, 6 (14), 1992.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho, *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. S. Paulo, Ática, 1974.
- GUIMARÃES, Manoel Luís S., "Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional" in *Estudos Históricos*, nº.1, 1988.
- HISTÓRIA DA TIPOGRAFIA NO BRASIL*, S. Paulo, MASP/ Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo, 1979.
- HOBBSAWM, Eric J., "Introdução: a invenção das tradições" in Hobsbawm, Eric e Ranger, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. R.Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- _____, *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. R. Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, "Apresentação" in Coutinho, J.J. da Cunha de Azeredo. *Obras econômicas*. S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1966.
- _____, *Raízes do Brasil*. Brasília, Editora da UnB, 1963.
- IANNI, Octávio, *A Idéia de Brasil Moderno*. S. Paulo, Brasiliense, 1992
- LARA, Sílvia H., "Dilemas de um letrado setecentista" (Apresentação a Rocha, Manoel Ribeiro. "Etiope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corrigido, Instruído e Libertado") in *Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, nº. 21.
- _____, "Tiradentes e a nação esquartejada" in *Pátria Amada Esquartejada*. S. Paulo, Secretaria Municipal de Cultura / Departamento do Patrimônio Histórico, 1992, série "Registros", nº.15.
- LOURENÇO, Fernando A., *Agricultura ilustrada: ambivalência ideológica do reformismo agrícola no Brasil (1770-1900)*. Campinas, mimeo, 1990.
- LUCAS, Fábio, "Poetas de Vila Rica" in *Nossa América*. S. Paulo, mar/abr 1992.

- MANSUY, Andrée, "Introduction" in Antonil, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas (Texte de l'édition de 1711)*. Paris, Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, 1968.
- MARIANI, Bethania S. Corrêa, "Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória)" in Orlandi, Eni P.(org.). *Discurso fundador (a formação do país e a construção da identidade nacional)*. Campinas, Pontes, 1993.
- MARX, Karl, *O Capital: crítica da economia política*. S. Paulo, Nova Cultural, 1988, vol. 1, livro primeiro, tomo 2.
- MAXWELL, Kenneth, "Condicionalismos da independência do Brasil" in Silva, Maria Beatriz Nizza da (org.). *O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)*. Lisboa, Editorial Estampa, 1986.
- MORAES, Rubens Borba de, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. R. Janeiro/S.Paulo, Livros Técnicos e Científicos/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.
- NOVAIS, Fernando Antonio, "Passagens para o Novo Mundo" in *Novos Estudos*, n.9, jul/1984.
- _____, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. S. Paulo, Hucitec, 1989.
- PEDROSA, Manuel Xavier de Vasconcelos, "Letrados do século XVIII" in *Anais do Congresso comemorativo do bicentenário da transferência da sede do governo do Brasil da cidade do Salvador para o Rio de Janeiro (1963)*. Departamento de Imprensa Nacional, 1967.
- PRADO Jr, Caio, *História econômica do Brasil*. S. Paulo, Brasiliense, 1970.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de, "Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial" in *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXI, 1967.
- RAMOS, Donald, "Social Revolution Frustrated: The Conspiracy of the Tailors in Bahia, 1798" in *Luso-Brazilian Review*, vol.13, n.1, summer, 1976.

- SALES, Teresa, *Trama das desigualdades, drama da pobreza no Brasil*. Campinas, 1992, mimeo. (Tese de livre-docência apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP).
- SARTRE, Jean-Paul, "Questão de método" in *Sartre*. S. Paulo, Abril, 1973 (col. *Os Pensadores*, vol. XLV).
- SCHWARZ, Roberto, "Antonio Candido (um verbete)" in *Revista USP*, nº.17, mar/abr/mai 1993.
- _____, "Discutindo com Alfredo Bosi" in *Novos Estudos*, n.36, jul/93.
- _____, "As idéias fora do lugar" in *Estudos Cebrap*, nº 3, jan./73.
- _____, *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. S.Paulo, Duas Cidades, 1990.
- SODRÉ, Nelson Werneck, *A História da Imprensa no Brasil*. R.Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- SOUZA, Antonio Candido de Mello e, *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. B. Horizonte, Itatiaia, 1981, vol. 1.
- _____, "Radicalismos" in *Estudos Avançados*, 4 (8), 1988.
- _____, "O significado de 'Raízes do Brasil'" in Holanda, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. R. Janeiro, José Olympio, 1989.
- VENTURA, Roberto, *Estilo Tropical - história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. S. Paulo, Cia. das Letras, 1991.
- VIANNA, Hélio, *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. R. Janeiro, Imprensa Nacional, 1945.

1. FONTES

- "ALMANAQUES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO PARA OS ANOS DE 1792 E 1794" in *Anais da Biblioteca Nacional*, v. LIX, 1937 (precedidos de uma "Explicação" por Rodolfo Garcia).
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil [1711, 1801]*. B.Horizonte/S.Paulo, Itatiaia/EdUSP, 1982.
- CASTRO, Martinho de Mello e. "Carta de officio em que se responde ao do Sr. vice-rei de 31 de Julho do anno passado, sobre a grande remessa de cochonilha" [1789] in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XXXVI, parte primeira, 1873.
- "CATÁLOGO". *Annaes da Biblioteca Nacional*, v. XI, 1883-1884 (ed. 1885).
- COUTINHO, J.J. da Cunha de Azeredo. "Discurso sobre o estado atual das minas do Brasil" [1804] in *Obras econômicas*. S.Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1966.
- GAMA, José de Saldanha da. "Biografia do botânico brasileiro José Mariano da Conceição Veloso" in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, XXXI, parte segunda, 1868.
- LAGOS, Manoel Ferreira. "Elogio Histórico do Padre Mestre Fr. José Mariano da Conceição Veloso" in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, II, 1840 (terceira edição, 1916).
- LIMA, Oliveira. *Aspectos da Litteratura Colonial Brasileira*. Leipzig, F.A. Brockhaus, 1896.

SILVA, José Bonifácio de A. "Cartas" in Vianna, Hélio. "Correspondência de José Bonifácio (1810-1820)" in Separata do nº.55 da *Revista de História*, 1963.

_____, "Cartas" in *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XIV, fasc.1, 1886-1887.

TAUNAY, Affonso de E. "Antonil e sua obra" [1922] in Antonil, A.J. *Cultura e opulência do Brasil*. B.Horizonte/S.Paulo, Itatiaia/EdUSP, 1982.

2. PERIÓDICO:

O Patriota. Rio de Janeiro, 1813-1814.

3. COLEÇÃO:

Fazendeiro do Brasil (11 vols.). Lisboa, Régia Oficina Tipográfica e Tipografia do Arco do Cego, 1798-1806.